

Lopes Filho, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti; Nunes, Ticiana Gabrielle Amaral; Di Marco, Giulia Marianna Rodrigues; de Mendonça, Marco Aurélio Alves

Working Paper

Iniciativa cinturão e rota na América Latina: Perspectiva geoeconômica

Texto para Discussão, No. 2819

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Lopes Filho, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti; Nunes, Ticiana Gabrielle Amaral; Di Marco, Giulia Marianna Rodrigues; de Mendonça, Marco Aurélio Alves (2022) : Iniciativa cinturão e rota na América Latina: Perspectiva geoeconômica, Texto para Discussão, No. 2819, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2819>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/284875>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2819

**INICIATIVA CINTURÃO E
ROTA NA AMÉRICA LATINA:
PERSPECTIVA GEOECONÔMICA**

**CARLOS RENATO DA FONSECA
UNGARETTI LOPES FILHO**

TICIANA GABRIELLE AMARAL NUNES

**GIULIA MARIANNA
RODRIGUES DI MARCO**

MARCO AURÉLIO ALVES DE MENDONÇA



**INICIATIVA CINTURÃO E
ROTA NA AMÉRICA LATINA:
PERSPECTIVA GEOECONÔMICA**

CARLOS RENATO DA FONSECA UNGARETTI LOPES FILHO¹

TICIANA GABRIELLE AMARAL NUNES²

GIULIA MARIANNA RODRIGUES DI MARCO³

MARCO AURÉLIO ALVES DE MENDONÇA⁴

1. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). *E-mail*: <carlos.fonseca@ipea.gov.br>.

2. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail*: <ticiananunes@ipea.gov.br>.

3. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail*: <giuliamarco@ipea.gov.br>.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. *E-mail*: <marco.mendonca@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

ERIK ALENCAR DE FIGUEIREDO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

ANDRÉ SAMPAIO ZUVANOV

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das
Instituições e da Democracia**

FLÁVIO LYRIO CARNEIRO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
MARCO ANTÔNIO FREITAS DE HOLLANDA CAVALCANTI

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

NILO LUIZ SACCARO JUNIOR

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

JOÃO MARIA DE OLIVEIRA

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

HERTON ELLERY ARAÚJO

Diretor de Estudos Internacionais

PAULO DE ANDRADE JACINTO

**Coordenador-Geral de Imprensa e
Comunicação Social (substituto)**

JOÃO CLÁUDIO GARCIA RODRIGUES LIMA

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2022

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: F10; F30; F34; F50; F55; F59; F6.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2819>

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
3 A EXPANSÃO INTERNACIONAL DA CHINA E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS COM A AMÉRICA LATINA	11
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A	70

SINOPSE

A contribuição deste trabalho consiste em analisar a recente evolução das relações econômicas entre América Latina e Caribe (ALC) e China, conferindo destaque à expansão da Iniciativa Cinturão e Rota (em inglês, Belt and Road Initiative – BRI) na região. O estudo justifica-se pelo perceptível adensamento e diversificação das transações entre a ALC e o país asiático nos últimos anos. A pesquisa utiliza-se da geoeconomia como ferramenta analítica e da economia política internacional (EPI) como marco teórico-conceitual para explicar esse processo. Empiricamente, são verificadas a expressividade do aumento das interações nos campos de comércio, investimento e financiamento, além de contratos de infraestrutura.

Palavras-chave: China; América Latina e Caribe; Iniciativa Cinturão e Rota; investimento externo direto; infraestrutura.

ABSTRACT

The article follows concepts from the field of International Political Economy (IPE). Its objective is to analyze the evolution of economic relations between China and countries in Latin America and the Caribbean (LAC), especially in the context of the Belt and Road Initiative (BRI), or New Silk Road. Economic interactions have increased in the last decade, especially through trade, investments, loans and infrastructure projects.

Keywords: China; Latin America and the Caribbean; Belt and Road Initiative; foreign direct investment; infrastructure.

1 INTRODUÇÃO

A emergência da China como potência econômica e militar global engendrou uma série de novas interpretações acerca do seu papel contemporâneo na arena internacional, sobretudo sob o símbolo relativamente recente da Iniciativa Cinturão e Rota (em inglês, Belt and Road Initiative – BRI) ou Nova Rota da Seda (New Silk Road).

Uma série de estudos identificou na BRI uma estratégia de inserção da China em sua renovada condição de grande potência, disposta a projetar sua esfera de influência para além de seu entorno geográfico imediato, ao consolidar-se como Estado que participa ativamente das instâncias de governança global e que projeta e ocasiona desenvolvimento internacional por meio de diplomacia econômica robusta, caracterizada pela expansão de investimentos e financiamentos de projetos de grande porte em economias emergentes.

Nesse cenário, é possível conceber a BRI enquanto égide do atual patamar da diplomacia econômica chinesa, mais assertiva e orientada globalmente. Por meio da iniciativa, o governo chinês dispõe de mecanismos oportunos para solucionar seus próprios desafios e desequilíbrios domésticos, o que possibilitou, ao mesmo tempo, a unificação de projetos dispersos geograficamente e setorialmente sob um mesmo emblema.

Segundo Cai (2018), esses desafios incluem, principalmente:

- resolver desequilíbrios internos, como excesso de capacidade produtiva, declínio do crescimento econômico e subdesenvolvimento das províncias do oeste;
- reformar a economia global, com base nas normas e instituições propostas no pós-guerra pelos Estados Unidos;
- elevar o uso do renminbi (RMB) nas transações internacionais;
- enfrentar desafios de ordem geopolítica por meio do estreitamento de laços com outras nações; e
- fortalecer a segurança econômica mediante, por exemplo, o aprimoramento das rotas de fornecimento de recursos estratégicos.

A ascensão econômica, financeira e tecnológica da China representa um fenômeno global, com implicações diretas sobre a distribuição de poder e riqueza internacional. Seus impactos sobre regiões como a América Latina e Caribe (ALC) são complexos e exigem esforços para identificar as potencialidades e os desafios aos países da região.

O objetivo deste estudo é, portanto, interpretar o avanço da BRI na ALC à luz do marco teórico conceitual da economia política internacional (EPI) e a partir de formulações do campo da geoeconomia. O trabalho é resultado de ampla pesquisa realizada no âmbito do projeto *Panorama da China: economia, sociedade e relações internacionais* e está dividido em dois textos. O primeiro,¹ aqui materializado, objetiva apresentar a evolução das relações econômicas da China com os países da ALC no século XXI; em especial, as redefinições na última década, incluindo-se aspectos associados ao incremento do comércio, do investimento direto chinês e dos projetos de construção e infraestrutura.

O texto está construído em três seções, além desta introdução. A segunda seção estabelece os marcos teóricos a partir dos quais se realiza a análise da pesquisa. Em seguida, a terceira seção objetiva apresentar a evolução das relações econômicas da China com a ALC no século XXI. A quarta seção, por fim, apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Geoeconomia como ferramenta analítica sob a perspectiva da EPI

A geoeconomia pode auxiliar na compreensão da assimilação da BRI enquanto estratégia de Estado ou partido-Estado,² sobretudo quando instruída e suplementada por paradigmas fundamentais do campo da EPI. Conseqüentemente, a recente expansão da BRI na América Latina pode ser concebida a partir desses referenciais.

De acordo com a formulação seminal proposta por Luttwak (1990), a quem se atribui o conceito inicial do termo, a geoeconomia compreende a “mistura da lógica do conflito com os métodos de comércio”, deslocando métodos militares com a penetração no mercado. Ou seja, em sua concepção original, o termo implicava a continuação do conflito interestatal por meios econômicos.

1. O segundo texto, a ser lançado posteriormente, abordará o quadro de adesões e hesitações dos países da ALC em relação à BRI.

2. Para Heilmann (2017) e Guo (2001), há íntima vinculação entre o Partido Comunista da China (PCCh) e a burocracia estatal, com funções amplamente combinadas em um só corpo ou quase como se posicionadas umas diante das outras em um espelho, ainda que o *locus* de poder decisório em última instância permaneça centrado no alto escalão do partido.

No entanto, estudos posteriores promoveram a reformulação e o desdobramento do conceito. Para Farrell e Newman (2019), a globalização criou laços e oportunidades econômicas transfronteiriças que conferem aos Estados a possibilidade de explorar esses vínculos para fins estratégicos mais amplos. Seguindo essa linha de raciocínio, a síntese proposta por Blackwill e Harris (2016, p. 20) entende que geoeconomia se refere ao “uso de instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e aos efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país” (*op. cit.*, p. 20, tradução nossa).

Scholvin e Wigell (2018, p. 4) observaram que não há uma definição amplamente aceita de geoeconomia. Alternativamente, os autores propõem a existência das dimensões, não mutuamente exclusivas, de abordagem geoeconômica enquanto ferramenta analítica e estratégia de Estado. Adicionalmente, é ainda preciso dissociar a geoeconomia empírica de estratégias estritamente mercantilistas ou liberais. Conforme Blackwill e Harris (2016, p. 32), as verdadeiras divisões entre mercantilismo e liberalismo dizem respeito à melhor forma de (não se) buscar a geoeconomia.

A dicotomia apontada por Shih (2009) entre meios/fins estritamente econômicos ou geopolíticos é recorrente na literatura especializada³ sobre investimentos externos chineses, visto que, em termos comparativos, grandes volumes desses fluxos são provenientes de empresas estatais chinesas (SOEs), o que suscita o debate sobre sua instrumentalização com a finalidade de obtenção de vantagens políticas pelo governo chinês. Contudo, a redução ou simplificação das estratégias de “capitalismo de estado” chinês decorrente da separação estrita entre os âmbitos político e econômico remete à problemática inaugural que origina o campo da EPI.

Strange (1970), em sua formulação edificante para a consolidação da EPI enquanto agenda de pesquisa, identifica na separação entre economia e política “um diálogo de surdos” que permaneceu por muito tempo nos estudos internacionais. Assim, como um manifesto, Strange propõe a consolidação da EPI como uma “ponte analítica” que associa os dois campos, com o objetivo de permitir o aprofundamento das análises dos processos internacionais.

Periodicamente, eventos cujos efeitos repercutem mundialmente, como a decretação unilateral pelo governo estadunidense do padrão dólar flexível em 1971, o resgate de bancos pelo Estado após a crise financeira de 2008 e até mesmo a mais recente emergência climática, têm demonstrado

3. A dualidade entre geopolítica e economia como ferramenta de análise da política externa chinesa está presente na argumentação central de inúmeros estudos produzidos por centros de pesquisa ou *think-tanks* ocidentais. Sullivan e Brands (2020, tradução nossa), sustentam que “à medida que a China constrói poder econômico por meio desses esforços, aumentará sua capacidade de converter esse poder em influência geopolítica”.

a estreita associação e a interdependência entre os dois campos e o modo pelo qual o poder e as assimetrias internacionais estão assentados na relação entre ambos.

Dessa forma, conforme apontado por Gilpin (1987) a dinâmica da EPI deve ser entendida em termos da “interação do Estado e do mercado em seu cenário histórico mais amplo” (*op. cit.*, p. 80, tradução nossa). Por meio da perspectiva de longa duração da história, proposta por Braudel (1996), Fiori (2008) associa o processo histórico de formação dos Estados-nação à expansão da economia de mercado, tendo-se em vista o caráter circular e de retroalimentação entre expansão territorial (aumento das capacidades militares de um Estado) e acumulação material (elevação da riqueza e da base tributável).

Assim, a partir do paradigma teórico inaugural da EPI, constata-se que a escolha da geoeconomia, seja como ferramenta analítica ou compreendida enquanto estratégia para a recente expansão da BRI na América Latina, implica, portanto, o não reducionismo da iniciativa quanto a seus fins econômicos ou geopolíticos. Ou, ainda, conforme destacado por Baru,

tanto a noção de que “o comércio segue a bandeira” (que a projeção do poder nacional tem consequências econômicas), quanto a que “a bandeira segue o comércio” (que há consequências geopolíticas de fenômenos essencialmente econômicos) apontam para o assunto da geoeconomia (Baru, 2012, p. 47, tradução nossa).

Não obstante, essa visão não é necessariamente compatível com a concepção amplamente disseminada pela narrativa de que estaria em curso uma “tendência alarmante” observada em outras partes do mundo, que poderia se repetir na região, onde a China busca alavancar interesses comerciais aparentemente inócuos para fins militares (Lazarus e Berg, 2022). Embutida nesse argumento geralmente está presente a defesa da rejeição assertiva por parte dos Estados Unidos da expansão da BRI na América Latina, considerada sua região de influência histórica, visto que projetos de conectividade poderiam ser utilizados de forma ofensiva por meio do uso dual⁴ ou da armadilha da dívida⁵ (Ellis, 2021b).

4. Estruturas ou tecnologias usadas para fins civis, mas que podem, circunstancialmente, possuir aplicabilidade em objetivos militares.

5. Com base no caso da entrega do porto de Hambantota, no Sri Lanka, disseminou-se a narrativa de que, por meio da BRI, o governo chinês estaria concedendo empréstimos a projetos com baixa perspectiva de sucesso comercial, a fim de deliberadamente promover o endividamento de países e, em troca, obter concessões vantajosas com fins geoestratégicos. Segundo Brautigam e Rithmire (2021, tradução nossa), por essa perspectiva, a BRI não é concebida simplesmente como busca de influência geopolítica, mas como uma “arma”, “uma vez que um país é sobrecarregado por empréstimos chineses, como um jogador infeliz que toma emprestado da máfia, é um fantoche de Pequim e corre o risco de perder um membro”.

Reconhecer a relação mútua entre meios e fins políticos e econômicos não significa, portanto, endossar essa concepção alarmista – e em inúmeras ocasiões instrumentalizada em retóricas político-ideológicas. Entretanto, implica sua compreensão enquanto estratégia derivada do atual estágio de desenvolvimento da China, ao representar não somente a continuidade, como também a incorporação de novas lições de política externa (Aoyama, 2016).

Estudos como os de Hong (2017), Cai (2018), Li (2019) e Flint e Zhu (2019) propõem uma análise ampliada, concebendo a expansão da BRI pelo viés sistêmico da acumulação capitalista internacional. Nesta, a iniciativa carrega em si um potencial considerável de desestruturação dos “arranjos globais” existentes e do “poder estrutural” que os preserva (Li, 2019).

A conectividade transnacional, meio primordial de facilitação dos fluxos de investimento e comércio, é priorizada como mecanismo e finalidade. Contudo, uma vez que a conectividade é identificada como uma necessidade em termos de competitividade global, resultados de natureza geopolítica são inerentemente vinculados, visto que o processo de internacionalização de companhias (estatais ou privadas) é constantemente associado e habilitado por práticas e conexões estatais no âmbito externo (Flint e Zhu, 2019).⁶

Embora seja argumentável que essas dimensões são indissociáveis, a projeção de influência internacional não é necessariamente resultado não previsto, mas deve também ser concebido pela agência do partido-Estado, que, sob o emblema do “sonho chinês”, busca a superação de desafios domésticos, o acesso a recursos e a participação assertiva nas instâncias de governança global (Aoyama, 2016). Conforme a definição proposta pelo governo, a BRI é um empreendimento geoeconômico multifacetado baseado em cinco pilares: i) coordenação política entre as nações integrantes; ii) construção de infraestrutura; iii) facilitação de investimentos e comércio; iv) integração financeira; e v) contatos interpessoais (China, 2015).

Assim, a promessa de maior conectividade e desenvolvimento, possibilitada pelas extensas reservas e pela posição de maior credor mundial, atraíram expectativa em países em desenvolvimento. Esses países se interessam em encontrar parcerias internacionais capazes de alavancar investimentos e financiamentos de projetos de grande porte, com potencial de transformação estrutural.

6. A identificação da agência e da percepção estratégica do governo chinês na implementação da BRI não implica entender que esta deriva de processos de decisão coerentes de cima para baixo (*top-bottom*), livres de deliberação e conflito. Ye (2019) argumenta que, em virtude das dissonâncias e da fragmentação interna entre interesses domésticos (governos locais, grupos econômicos, entre outros exemplos), a implementação da BRI ocorre, inexoravelmente, de forma descentralizada, visto que a própria natureza do Estado chinês seria dispersa e ambígua.

3 A EXPANSÃO INTERNACIONAL DA CHINA E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS COM A AMÉRICA LATINA

As políticas de reforma e abertura, delineadas em fins da década de 1970, corroboraram para a China integrar-se às cadeias de produção e comércio internacionais, contribuindo decisivamente para a trajetória de crescimento acelerado do país (Bijian, 2005). A decisão de incorporar a China à globalização econômica veio acompanhada de postura “integracionista” em relação aos organismos e normas internacionais (Legro, 2009).

A diplomacia chinesa, após um extenso processo de negociação, logrou inserir o país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, catapultando a condição do país como um dos grandes *players* no comércio internacional,⁷ o que influenciou profundamente as dinâmicas de desenvolvimento globais.

Os processos acelerados de urbanização e modernização, vividos pelo país oriental, demandaram intensivamente matérias-primas e energia e alavancaram os intercâmbios comerciais com a ALC – em especial, a América do Sul –, alterando os termos de troca, ao menos temporariamente, em favor dos países exportadores de *commodities*.

Nesse contexto de ascensão, a China lançou, no XVI Congresso do PCCh, em 1999, as diretrizes da política conhecida como Going Global.⁸ Esta foi entendida como um conjunto de políticas coordenadas para elevar os investimentos externos e encorajar firmas relativamente competitivas a internacionalizarem-se em busca de recursos, mercados e tecnologias (Salidjanova, 2011; Jenkins, 2019).

Em linhas gerais, a reorientação da ALC – principalmente da América do Sul – para o eixo Ásia-Pacífico aprofundou-se com o transcorrer do século XXI, ao refletir transformações estruturais que apontam para a conformação de um “século asiático” (Khanna, 2019) ou de um “mundo pós-ocidental” (Stuenkel, 2018).

7. Entre 1978 e 2010, as exportações chinesas elevaram-se mais de 160 vezes, crescendo em média 17,2% ao ano. As importações, por sua vez, cresceram 130 vezes. O comércio exterior saltou de 12,42% do produto interno bruto (PIB), em 1980, para 29,41%, em 2000, atingindo o pico de 64,48%, em 2006. Ver Chernavsky e Leão (2011) e Banco Mundial (disponível em: <<https://bit.ly/3AWY2ag>>).

8. Cintra e Pinto (2017) afirmam que a estratégia visava estimular a expansão internacional dos investimentos chineses, melhorar a qualidade dos projetos no exterior e estabelecer novos canais de financiamento. Previa, também, políticas específicas para promover o reconhecimento de marcas chinesas.

Os efeitos da crise financeira de 2008 reforçaram essas tendências estruturais e a consequente reorientação da região para a Ásia, possibilitando ainda que a China elevasse sua importância relativa e consolidasse seu *status* de potência econômica. Nesse cenário, o país asiático passou a ter postura ativa em termos de inserção internacional (Yan, 2014; Vaz-Pinto, 2014).

De um lado, essa mudança se manifestou na adoção de uma diplomacia proativa, que passou a defender a capacidade chinesa de construir espaços multilaterais alternativos e de prover bens públicos globais, em especial no campo financeiro e de infraestrutura.⁹

Por outro, significou um aprofundamento dos laços de integração da China com a economia mundial, com ampliação da estratégia Going Global e maior presença geoeconômica do país no exterior.¹⁰ Esse movimento teve reverberações relevantes na ALC, que passou a receber quantidades crescentes de investimento e crédito chinês a partir de 2010, especialmente.

Segundo Wise (2020), a China executou uma “estratégia de desenvolvimento internacionalizado”,¹¹ na qual a ALC se incorporaria em virtude de seu papel como fornecedora de *commodities* ou como destino para exportação de capitais e serviços de engenharia chineses.

Nesse novo contexto de mudanças internas e externas, os países latino-americanos passaram a absorver investimentos, empréstimos e projetos de infraestrutura da China especialmente a partir de 2010, em um movimento de diversificação dos vetores das relações econômicas, outrora centradas exclusivamente no comércio.

9. Bons exemplos são a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), em 2014, e do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB), em 2015. Além desses espaços e do lançamento da própria BRI, em 2013, a China também foi um dos participantes da Parceria Regional Abrangente (RCEP, em inglês), ao passo que buscou exercer uma posição de liderança em outros regimes e outras instituições multilaterais. Ver, por exemplo, Zha (2015) e Stuenkel (2018).

10. Em 2014, pela primeira vez, os fluxos de investimento chinês superaram as entradas de IED, tornando sua economia exportadora líquida de capitais. Naquele ano, as empresas chinesas investiram US\$ 116 bilhões em 45 países, cerca de 45 vezes mais do que em 2002. Para mais detalhes, ver Wang, Qi e Zhang (2015).

11. Wise (2020) explica que a “estratégia de desenvolvimento internacionalizado” da China, também designada como *dragonomics*, se desdobrou especialmente pela necessidade de obter matérias-primas e recursos. Mais recentemente, a saturação do mercado doméstico em diversos setores, como de construção e infraestrutura, estimulou a continuidade e a diversificação dessa estratégia, viabilizada pelo volume de reservas internacionais do país.

A crescente presença econômica da China na América Latina surgiu como uma alternativa comercial e financeira, em contraste com as restrições e as condicionalidades do Consenso de Washington e das instituições financeiras tradicionais; em especial, o Fundo Monetário Internacional (FMI). No século XXI, diferentes governos começaram a observar na parceria com a China novas oportunidades de comércio, investimentos e ajuda financeira para o desenvolvimento econômico (Vadell, 2013).

3.1 Comércio

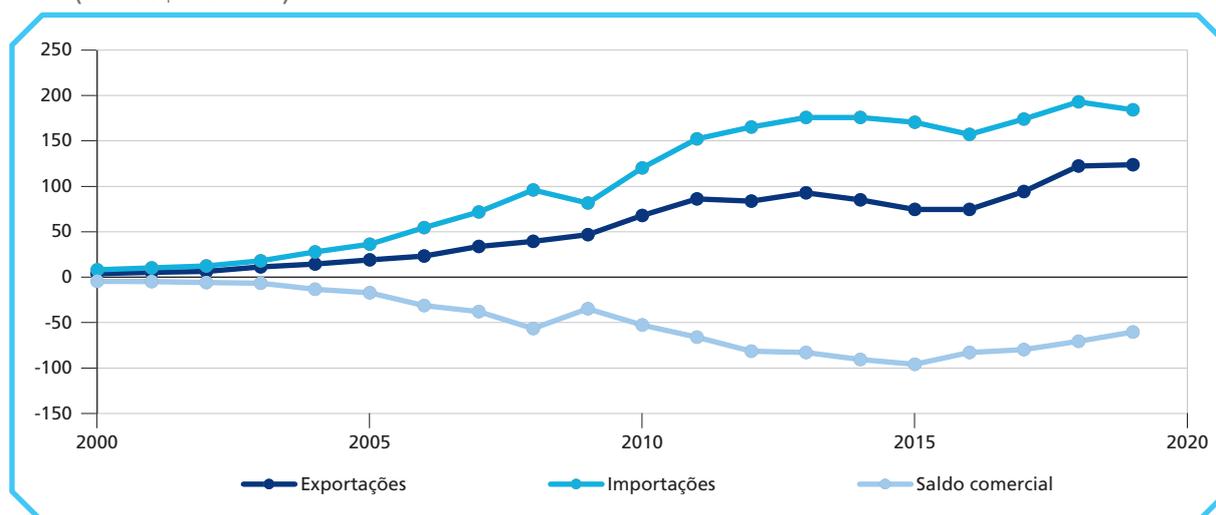
A dimensão do comércio exterior constituiu o primeiro processo de adensamento das relações econômicas dos países da ALC com o país asiático. Cunha (2011) assinala que, com presença da China na OMC, o país tornou-se, com os Estados Unidos, o motor do dinamismo econômico global. O período de crescimento excepcionalmente favorável entre 2003 e 2007 assentou-se em desequilíbrios estruturais e em uma relação simbiótica entre as duas economias, na qual os Estados Unidos representavam a principal fonte de dinamismo do lado da demanda, enquanto a China garantia a ampliação da oferta de manufaturas a preços baixos.¹²

O impulso exportador do crescimento chinês implicou a transformação do país em um destino cada vez mais relevante das *commodities* latino-americanas, particularmente nos segmentos de energia, alimentos e matérias-primas. Com o já mencionado ingresso na OMC, os países locais reconheceram o *status* de economia de mercado da China e abandonaram o questionamento de suas práticas comerciais, deixando de aplicar medidas *antidumping* (Pecequillo, 2013). Ademais, as visitas de Hu Jintao, então presidente chinês, aos países da região, em 2004, acarretaram dezenas de acordos comerciais, de investimento e de cooperação. Posteriormente, a China assinaria tratados de livre-comércio (TLCs) com Chile (2006), Peru (2009) e, mais tarde, Costa Rica (2015). Ao final da década, o país asiático já competia com os eixos tradicionais de comércio da região (Estados Unidos e Europa Ocidental).

12. Sobre o eixo de complementaridade (comercial, produtiva e financeira) entre as economias chinesa e estadunidense durante o período, ver Pinto (2010).

GRÁFICO 1**Evolução do comércio exterior da ALC com a China (2000-2019)**

(Em US\$ 1 bilhão)



Fonte: Dados da Solução Integrada de Comércio Mundial (World Integrated Trade Solutions – WITS). Disponível em: <<https://bit.ly/3UpVknz>>.

Elaboração dos autores.

Obs.: WITS é uma plataforma desenvolvida pelo Banco Mundial em colaboração com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e por meio de consultas com organizações como o Centro de Comércio Internacional (International Trade Center), a Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD) e a OMC.

Em 2000, as exportações latino-americanas somavam apenas US\$ 3,8 bilhões, enquanto as importações oriundas da China, US\$ 8,3 bilhões. Ao final da década, em 2010, o fluxo de comércio já somava mais de US\$ 188 bilhões, com US\$ 67,8 bilhões em exportações dos países da região e US\$ 120,3 bilhões em importações.

O valor das importações chinesas da ALC aumentou mais de quarenta vezes entre 1999 e 2014, e as exportações para a região mais de 25 vezes, antes de cair em 2015, quando as economias chinesa e latino-americana se desaceleraram e os preços globais das *commodities* declinaram drasticamente (Jenkins, 2019).

Em 2017, porém, elevações nos preços do petróleo, do minério de ferro e do cobre contribuíram para aumento do montante exportado, em especial do Brasil, do Chile e do Peru (Koleski e Blivas, 2018). No caso da soja, em particular, a disputa comercial China-Estados Unidos gerou novo *boom*, especialmente na Argentina, no Brasil e no Uruguai, com a substituição pelos importadores chineses dos fornecedores norte-americanos (Ray e Barbosa, 2020).

Em 2020, as exportações latino-americanas para a China permaneceram elevadas, ao redor de US\$ 136 bilhões. As razões para isso residem no aumento dos preços do minério de ferro, com estímulos para a recuperação econômica na China que aumentaram a demanda por materiais de construção. Outro fator diz respeito a contínua demanda por soja de países da região, a despeito do compromisso em retomar as importações de fornecedores dos Estados Unidos (Ray, Albright e Wang, 2021).

Do lado das importações, por parte da ALC, houve estabilização entre 2013 e 2017, com um aumento verificado em 2018, atingindo o pico de US\$ 193,1 bilhões. Segundo Ray, Albright e Wang (2021), as importações provenientes da China somaram US\$ 160 bilhões em 2020, o que reflete os impactos recessivos associados à pandemia de Covid-19.

Em termos de saldo, os países latino-americanos acumulam *deficit* comercial, particularmente a partir de 2010, momento em que se elevaram as importações chinesas e o ímpeto das exportações provenientes da ALC arrefeceu.¹³ Os números agregados, contudo, escondem as diferentes dinâmicas de comércio com a China, dependendo da sub-região ou do parceiro comercial (Prazeres, Bohl e Zhang, 2021).

Cunha (2011) assinala que há pelo menos dois padrões claramente delineados, a saber: as experiências mexicana e centro-americana mostraram o predomínio de *deficit* em relação à China,¹⁴ enquanto alguns países sul-americanos apresentaram *superavit* sustentados pela explosão das exportações primárias e energéticas. Nesses casos, ressalta-se a concentração da pauta exportadora em poucas *commodities* e sua compartimentação em alguns países, o que restringiria os benefícios do comércio com a China (Pecequillo, 2013; Vadell, 2013).

Segundo Ray, Albright e Wang (2021), cinco *commodities* correspondem a cerca de 70% das exportações latino-americanas para a China (quadro 1).

13. Em termos de PIB regional, a variação permaneceu entre 0,3% e 0,7% de 2000 a 2020. Para mais detalhes, ver Ray, Albright e Wang (2021).

14. De acordo com Wise (2020), os países centro-americanos e caribenhos, ao contrário dos países sul-americanos, têm pouco a oferecer à China em termos de recursos naturais, sendo ao mesmo tempo inundados com produtos industriais e manufaturados chineses. A Colômbia também possui relações deficitárias com a China.

QUADRO 1**Principais produtos exportados pela América Latina para a China (2015-2019)**

<i>Commodity</i>	Participação nas exportações da ALC para a China (%)	Principais países exportadores
Soja e outras oleaginosas	20,6	Brasil (87%) e Argentina (12%)
Petróleo cru	16,2	Brasil (51%), Venezuela (31%) e Colômbia (13%)
Minério de cobre e concentrados	14,6	Chile (47%) e Peru (41%)
Minério de ferro e concentrados	10,1	Brasil (88%)
Cobre refinado	8,5	Chile (82%) e Peru (10%)
Cinco principais – total	69,9	Brasil (51%), Chile (20%), Peru (11%) e Venezuela (8%)

Fonte: Ray, Albright e Wang (2021).

Elaboração dos autores.

Brasil, Chile e Peru providenciam parcela significativa das principais *commodities* importadas pela China. A Venezuela e, em menor medida, a Colômbia também contribuem com as necessidades chinesas de fornecimento ordenado de petróleo; enquanto a Argentina, ao lado do Brasil, se apresentou como relevante fornecedor de soja.

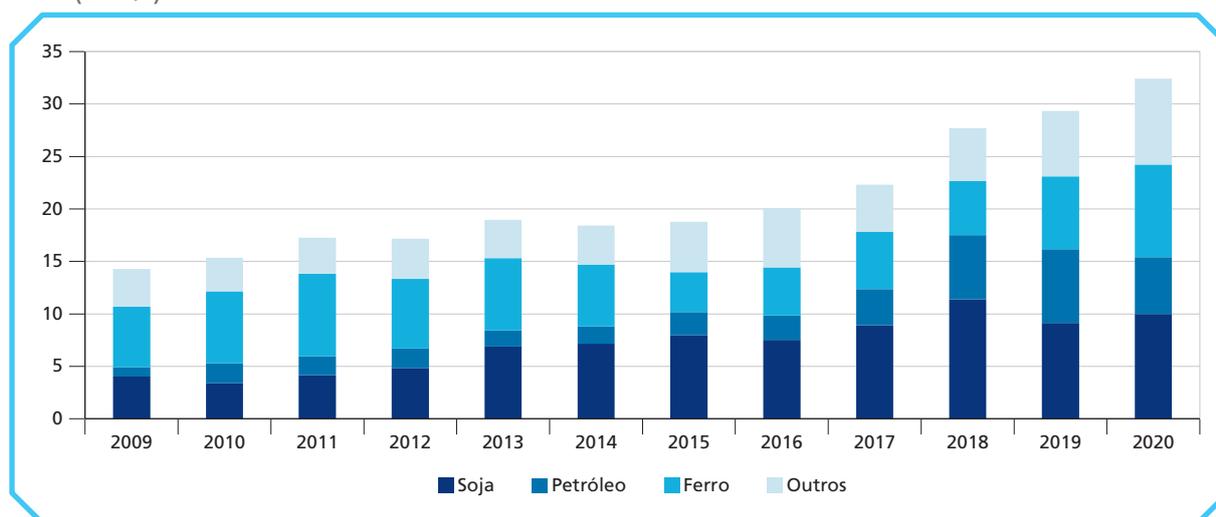
O Brasil desponta no cenário regional como grande exportador, tendo enviado ao país asiático US\$ 67,8 bilhões em bens em 2020, com um *superavit* de US\$ 31,1 bilhões. Nesse ano, o país asiático absorveu 32,4% das exportações brasileiras, por sua vez concentradas em três produtos (soja (31%); minério de ferro e seus concentrados (27%); óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (17%). Com isso, a China permanece a principal origem¹⁵ das importações brasileiras (22,1%).¹⁶

15. Em 2009, quando a China ultrapassou os Estados Unidos enquanto principal parceiro comercial do Brasil, as exportações ao país asiático aproximavam-se de 15% do total. Em 2020, esse percentual pela primeira vez ultrapassou a barreira dos 30%.

16. Disponível em: <<https://bit.ly/3fd89Bl>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GRÁFICO 2**Exportações brasileiras para a China: grupos de produto (2009-2020)**

(Em %)



Fontes: The Atlas of Economic Complexity (disponível em: <<https://bit.ly/3QTJjUx>>; acesso em: 13 jan. 2022); e ComexStat (disponível em: <<https://bit.ly/3fd89Bl>>; acesso em: 13 jan. 2022).

Elaboração dos autores.

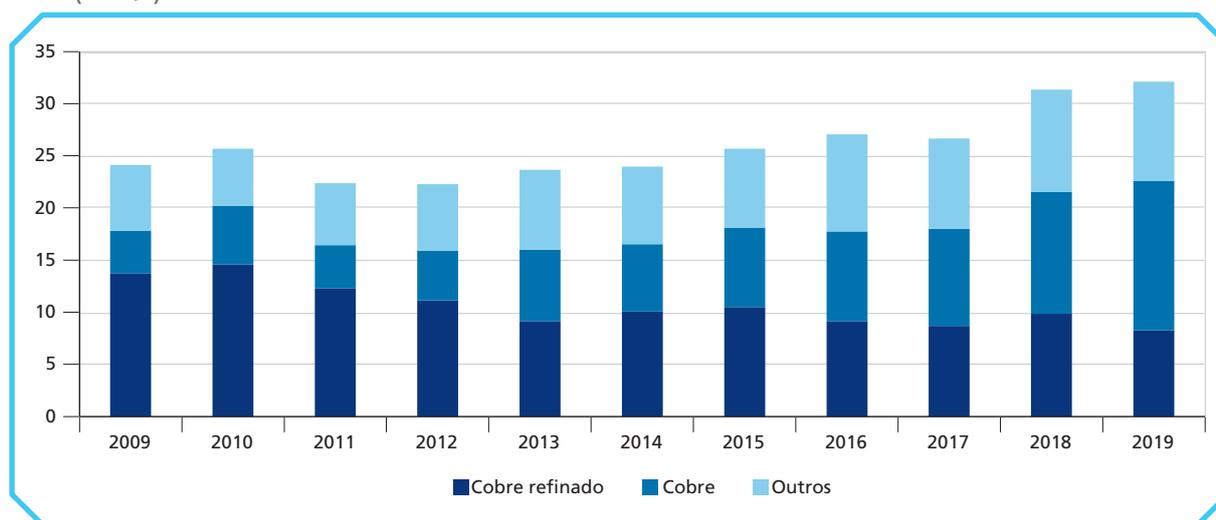
Obs.: O Atlas de Complexidade Econômica (The Atlas of Economic Complexity), produzido pelo Laboratório de Crescimento da Universidade de Harvard (Growth Lab at Harvard University), disponibiliza uma série de dados e visualizações sobre comércio internacional. Os dados são baseados na United Nations Comtrade Database (UN Comtrade).

Chile e Peru também têm a China como principal parceiro comercial. Ambos os países possuem TLCs com a China e são responsáveis por abastecer o país asiático com cobre, cobre refinado e outros minerais (ferro, zinco, molibdênio etc.).

Em 2019, as exportações do Chile para a China concentraram-se em cobre e cobre refinado, o que representou aproximadamente 45% e 26% das exportações, respectivamente.

GRÁFICO 3**Exportações chilenas para a China: grupos de produto (2009-2019)**

(Em %)



Fonte: Atlas de Complexidade Econômica. Disponível em: <<https://bit.ly/3QTJjUx>>.

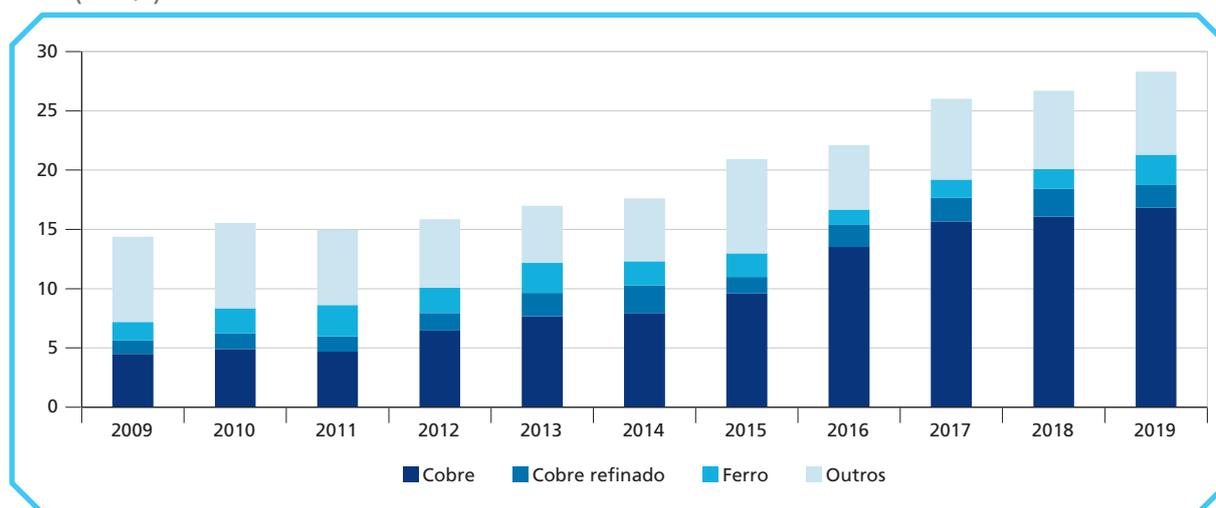
Desde 2018, o país asiático converteu-se no destino de mais de 30% das exportações do Chile, notadamente focado em cobre bruto, em detrimento do metal refinado. Assim como no caso das exportações de soja argentina,¹⁷ essa substituição possivelmente se explica por políticas chinesas que privilegiam o processo interno de manufatura, ao dificultar aos exportadores de produtos processados o acesso ao mercado chinês (Jenkins, 2019).

Em relação ao Peru, o país obteve US\$ 12,4 bilhões em exportações para a China em 2019. Desse total, aproximadamente 60% dos envios resultaram do cobre bruto, seguido pelas vendas de minério de ferro e cobre refinado.

17. Jenkins (2019) salienta que, na década de 1990, a China passou a estabelecer políticas para incentivar o desenvolvimento de sua própria indústria de trituração (*crushing industry*), praticamente encerrando as importações de farinha de soja, que precisaram ser substituídas pelas importações de soja não processada. Em 2019, contudo, um acordo entre os governos argentino e chinês permitiu que industriais argentinos se habilitassem a exportar farelo de soja para a China. Ver matéria da *Reuters* (Jourdan e Gu, 2019).

GRÁFICO 4**Exportações peruanas para a China: grupos de produto (2009-2019)**

(Em %)



Fonte: Atlas de Complexidade Econômica. Disponível em: <<https://bit.ly/3QTJjUx>>.

A posição estratégica do Peru, combinado com sua dotação em termos de recursos minerais, impulsionaram as relações econômicas com a China, alavancadas ainda mais pela assinatura do TLC,¹⁸ em 2009 e pelo estabelecimento de uma parceria estratégica abrangente¹⁹ (Zanabria, 2015).

Além de Brasil, Chile e Peru, que se colocam em um restrito grupo de países que desfrutam de *superavit* no relacionamento comercial com a China (Prazeres, Bohl e Zhang, 2021), cabe destacar as dinâmicas comerciais de outros países latino-americanos com a China.

A Argentina, por exemplo, é um relevante provedor de soja para o mercado chinês. Em 2019, cerca de 44% das exportações do país foram dessa *commodity* (US\$ 2,81 bilhões), enquanto a carne bovina respondeu por 27% (US\$ 1,73 bilhões).

18. Desde 2010, ano de vigência do TLC, as exportações peruanas cresceram a uma média anual de 13,5% e acumularam um total de mais de US\$ 76 bilhões. Para mais detalhes, ver Ungaretti e Haffner (2020).

19. O Peru, assim como outros países na América Latina (Brasil, Venezuela, México, Argentina e Chile), possui uma parceria estratégica com a China. As relações entre os países, definidas como *estratégicas* desde 2008, foram elevadas ao patamar de *parceria estratégica abrangente*, em 2013. Esse tipo de associação é parte de estratégias empregadas desde o final da Guerra Fria por parte da política externa chinesa, que permitem ao país ampliar suas relações em um mundo globalizado. Para mais detalhes, ver Zhongping e Jing (2014).

Além do Brasil, Venezuela e Colômbia contribuem com o fornecimento de petróleo para abastecer a economia chinesa. Em 2019, a China absorveu cerca de 31% das exportações venezuelanas (US\$ 4,43 bilhões), sendo mais de 90% destas compostas por exportações de petróleo. De forma similar, aproximadamente 86% das exportações colombianas para a China, em 2019, foram de petróleo cru.

É importante ressaltar, portanto, que as exportações dos países latino-americanos vêm reduzindo seu conteúdo tecnológico, crescentemente concentradas em poucas matérias-primas. A tendência contrasta com as exportações chinesas para a região, em grande maioria compostas por produtos eletrônicos e mecânicos, com crescente grau de sofisticação tecnológica (Rodrigues, 2021; Santos, Camoça e Rodrigues, 2021).

Para Jenkins (2019), as trocas comerciais entre China e América Latina são de natureza interindústria, e não intraindústria, com poucas transações de partes e componentes, característicos de intercâmbios nas cadeias globais de valor (CGVs).

Essa dinâmica suscita questionamentos a respeito da conformação de relação de dependência, ou de interdependência assimétrica (Vadell, 2013), marcada por termos de troca que se assemelham aos padrões de natureza centro-periferia (Bernal-Meza, 2019). Nesse contexto, são sublinhados os receios a respeito dos riscos referentes à primarização da pauta exportadora e à desindustrialização, o que tornaria a região vulnerável às oscilações dos preços internacionais de *commodities* e à demanda chinesa (Rodrigues, 2021).

Para Bernal-Meza (2019), a ALC, por meio da especialização produtiva e do comércio interindustrial, acabou por desempenhar um papel subordinado na estratégia de expansão econômica global da China, em um movimento de incorporação dependente às dinâmicas de desenvolvimento do país asiático.

Outra externalidade decorrente da crescente penetração de produtos chineses na região diz respeito à queda relativa dos vizinhos nos intercâmbios comerciais intrarregionais de produtos manufaturados, com implicações negativas para países como o Brasil, por exemplo (Santos, Camoça e Rodrigues, 2021).

Por sua vez, a expansão comercial com a China contribuiu para que algumas economias sul-americanas pudessem acumular divisas, melhorar contas externas e flexibilizar políticas econômicas, principalmente durante a década de 2000 e após a crise financeira de 2008.

Em relação aos países exportadores de minérios e de petróleo e derivados, o *efeito demanda*²⁰ da ascensão chinesa significou crescimento econômico e expansão dos mercados internos (Medeiros e Cintra, 2015).

Sob a perspectiva chinesa, a ALC apresentou-se, nas últimas duas décadas, como espaço estratégico para sua inserção internacional. Em um primeiro momento, a região permitiu ao país asiático diversificar suas fontes de importação de matérias-primas minerais, energéticas e alimentares, sustentando sua trajetória de crescimento. Havia, segundo Yu (2015), objetivos políticos intrínsecos ao relacionamento com a região, tais como os descritos a seguir:

- promover o princípio de “uma só China” e isolar Taiwan;
- conquistar apoio dos países latino-americanos em fóruns multilaterais; e
- expandir influência em uma região com tradicional ascendência dos Estados Unidos, contrabalanceando a presença de Washington na Ásia.

Por seu turno, por parte da ALC, vale destacar, houve (há) interesse no expressivo mercado consumidor chinês, além da percepção de que a China constitui fonte de investimentos e financiamento, especialmente para desenvolver projetos de infraestrutura (Koleski e Blivas, 2018).

A China enquanto exportadora de capitais tornou-se realidade em um segundo momento, particularmente a partir de 2010, quando o país acrescentou novos instrumentos a sua projeção geoeconômica na região (Rodrigues, 2021), incluindo-se emissão de investimento externo direto (IED), liberação de empréstimos e realização de projetos de infraestrutura (Hiratuka, 2018a; Recaj, 2020).

A ALC passaria a ser vista não somente como fonte de matérias-primas, mas também como mercado relevante para exportação de manufaturas, equipamentos e serviços – de engenharia, especialmente –, realização de investimentos estratégicos – e lucrativos – e internacionalização de empresas, sobretudo nos setores de energia e infraestrutura (Yu, 2015).

20. Para Medeiros e Cintra (2015), os impactos dão-se de forma direta e indireta, expressando dois tipos de efeitos, de *demanda* e *estrutura*. O efeito *demanda*, ou macroeconômico, associa-se com impactos diretos da expansão da China em relação às exportações, à balança comercial e aos investimentos; enquanto o efeito *estrutura*, ou setorial, considera os impactos desiguais da ascensão chinesa sobre setores ou atividades, ao considerar o grau de complementaridade e rivalidade das economias locais no que concerne à China.

Além do adensamento das relações econômicas, Pequim também procurou estreitar progressivamente os laços político-diplomáticos²¹ (Quintana, 2012; Wise, 2020). Paralelamente, o país ingressou nas organizações regionais, tornando-se membro pleno do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), observador permanente na Organização dos Estados Americanos (OEA) e consultor na Comunidade Andina de Nações e Mercosul (Dehart, 2012; Rodrigues, 2021).

Mais relevante, contudo, foi a criação do Fórum China-Celac,²² em 2015. Segundo Vadell (2018), a I Conferência Ministerial do Fórum China-Celac, realizada em janeiro de 2015 em Pequim, constituiu o início do marco institucional do sistema de cooperação, comércio e investimentos entre a República Popular da China (RPC) e os países latino-americanos.

Nesse sentido, o fórum teria o potencial de funcionar como um espaço para desenvolver formas de “cooperação horizontal e diagonal”, auxiliando na consolidação dos vínculos entre a RPC e a região (Vadell, 2018, p. 10).

Na ocasião do II Fórum China-Celac, em 2018, sediado em Santiago, os governos latino-americanos e chinês emitiram declaração especial sobre a Nova Rota da Seda.²³ Desde então, a ofensiva diplomática da China vem se focando na incorporação da ALC na BRI, com vinte países da região tendo aderido à iniciativa.

Em resumo, as relações comerciais entre China e ALC foram alavancadas de forma significativa no século XXI, sendo acompanhadas pela introdução de novos mecanismos de interação econômica e pelo estabelecimento de iniciativas diplomáticas em nível bilateral e multilateral.

3.2 IED

As relações China-América Latina na primeira década do século XXI basearam-se fortemente no dinamismo comercial transpacífico. A partir de 2010, o engajamento chinês recebeu novos contornos, com destaque para um processo de ingresso massivo de investimentos (Avendano, Melguizo e Milner, 2017).

21. Cabe destacar a publicação de duas edições do *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, em 2008 e 2016, nas quais são publicadas as prioridades estratégicas de Pequim e as áreas de cooperação com os países da região. Ver China (2008; 2016) e, para uma análise dos documentos, também designados como “livros brancos”, Rodrigues (2020).

22. Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

23. No documento, é destacado que a iniciativa é amplamente compartilhada pela comunidade internacional e se considera que os países da ALC constituem parte da BRI, bem como são participantes indispensáveis na cooperação internacional da iniciativa (Celac, 2018 *apud* Pautasso *et al*, 2020).

TEXTO para DISCUSSÃO

Há diferentes fontes (apêndice A) utilizadas nesta pesquisa para captar o “desembarque” de capitais chineses na ALC (Armony e Strauss, 2012), como o Instituto Empresarial Americano (em inglês, American Enterprise Institute – AEI)²⁴ e a Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre a China (em inglês, RED Acadêmica de América Latina y el Caribe sobre China – RED ALC-China). Entretanto, outras, como a divulgada pelo Ministério do Comércio da China (Mofcom) e pela Foreign Direct Investment (FDI) Markets, foram consultadas, pois possibilitaram a checagem de anúncios de novos investimentos.²⁵

TABELA 1

Fluxo de IED chinês para a ALC (2005-2020)

(Em US\$ 1 milhão)

Ano	AEI	RED ALC-China	Mofcom ¹
2005	1.920	103	6.466
2006	430	4.241	8.469
2007	1.530	2.162	4.902
2008	2.480	3.920	3.677
2009	2.410	5.533	7.328
2010	23.380	23.485	10.538
2011	10.550	10.711	11.936
2012	3.320	1.647	6.170
2013	7.710	10.889	14.359
2014	12.270	12.650	10.547
2015	4.710	11.151	12.610
2016	17.420	7.899	27.277
2017	10.520	16.370	14.077
2018	15.740	15.595	14.609
2019	9.300	17.328	6.394
2020	5.060	11.464	-
Total	128.750	155.148	159.359

Fontes: AEI (disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>; acesso em: 12 dez. 2021); RED ALC-China (disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>; acesso em: 17 dez. 2021); e Mofcom.

Nota: ¹ Dados do Mofcom disponíveis até 2019.

24. Disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

25. Vale mencionar a checagem de relatórios e estudos produzidos por organizações como a CEPAL (2018; 2021; Ludeña, 2017), o Conselho Empresarial Brasil-China (Cariello, 2021), o Conselho do Atlântico – em inglês, Atlantic Council (Avendano, Melguizo e Miner, 2017), o Centro de Política em Desenvolvimento Global – em inglês, Global Development Policy Center (Ray e Barbosa, 2020; Ray, Albright e Wang, 2021), entre outras.

Em termos totais, as divergências entre as bases aparentemente não são acentuadas, particularmente entre os fluxos mapeados pelo Mofcom e pela RED ALC-China. Contudo, embora as informações do ministério possuam caráter oficial, estas podem distorcer o entendimento acerca do destino final dos fluxos de investimentos, particularmente em razão da prática recorrente das firmas chinesas de canalizar recursos por meio de terceiros países (Velásquez, 2017).

Em relação aos dados da AEI²⁶ e da RED ALC-China,²⁷ é possível observar que ambas as bases capturam com relativo sucesso o processo de chegada de investimentos chineses na região a partir de 2010.

As bases apresentam trajetórias relativamente similares até 2015, com divergências entre 2016 e 2019. As convergências aparecem, sugere Cariello (2021), novamente em 2020, quando as duas fontes registraram quedas nos investimentos chineses, com redução de 57% de acordo com a AEI e de 37% segundo a RED ALC-China.

No que diz respeito aos destinos, também há divergências importantes (tabela 2), possivelmente em virtude das abordagens metodológicas adotadas (apêndice A). Os dados da AEI, por exemplo, mapeiam apenas investimentos acima de US\$ 95 milhões, o que acaba por omitir uma série de transações.²⁸

Por sua vez, as bases não divergem em relação aos três principais destinos de IED da China na região. O Brasil mostra-se como principal “centro gravitacional” dos investimentos chineses na América Latina (Cariello, 2021).

26. Disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

27. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

28. Em termos comparativos, a AEI identifica 151 transações de investimento desde 2005, contra 460 registradas pela RED ALC-China. A média de cada investimento é também menor na base desta última, de US\$ 338 milhões, contra US\$ 833 milhões, por parte da AEI.

TABELA 2

Principais destinos de IED chinês – América Latina (2005-2020)

País	AEI			RED ALC-China		
	US\$ 1 milhão	%	Posição	US\$ 1 milhão	%	Posição
Brasil	58.130	45	1	52.599	34	1
Peru	24.890	19	2	28.512	18	2
Chile	14.250	11	3	19.651	13	3
Argentina	10.020	8	4	13.100	8	5
Equador	6.170	5	5	3.432	2	8
Venezuela	4.570	4	6	3.206	2	9
México	2.840	2	7	13.533	9	4
Colômbia	1.780	1	8	4.951	3	6
Guiana	1.670	1	9	3.501	2	7
Outros	4.430	3	-	12.663	8	-
Total	128.750	100		155.148	100	

Fontes: AEI (disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>; acesso em: 12 dez. 2021); e RED ALC-China (disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>; acesso em: 17 dez. 2021).

Elaboração dos autores.

Embora, de modo geral, os dados da RED ALC-China²⁹ apresentem-se mais elevados que os da AEI, é importante notar que o padrão não se reproduz para o Brasil. Nesse caso, há redução de cerca US\$ 5 bilhões, o que pode ser explicado pela ausência de registro de determinados investimentos ao longo do período analisado.³⁰

O Peru, em ambas as bases, aproxima-se dos 20% em relação ao total de investimentos. Destacam-se investimentos em megaprojetos de exploração e extração de cobre e ferro (Ungaretti e Haffner, 2020), o que torna o setor de mineração destino de 88% do montante de IED alocado no país.

29. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

30. Como exemplo, é possível citar os registros referentes aos investimentos da Companhia Nacional de Rede Elétrica da China (em inglês, State Grid Corporation of China – SGCC) no Brasil. Na base da AEI, são mais de US\$ 11 bilhões em investimentos mapeados, contra apenas US\$ 6,2 bilhões registrados pela RED ALC-China. De forma similar, a base desta última não computa um investimento da Sinochem no Brasil, em 2010, da ordem de US\$ 3 bilhões, quando a empresa adquiriu 40% da participação da Statoil no campo de Peregrino, localizado na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

Diferentemente do Peru, que vem recebendo investimentos no setor mineral ao menos desde 2007, a presença de investidores chineses na economia chilena é recente, com cerca de 80% dos aportes ocorrendo após 2017.³¹

A maior participação do Chile nos fluxos de IED chinês corrobora uma diversificação identificada por Peters (2021b). Chile e México, com o Peru, tornaram-se os principais receptores de investimento nos últimos anos, absorvendo cerca de 76% do total desde 2017. Antes disso, entre 2010 e 2014, Brasil e Argentina³² acumularam aproximadamente 60% do total de IED chinês na América Latina.

A diferença mais marcante entre as bases associa-se com a quantidade de investimentos recebida pelo México. A discrepância de US\$ 11 bilhões de uma fonte para outra faz com que o país salte do sétimo principal destino, segundo a AEI,³³ para a quarta posição, de acordo com a RED ALC-China.^{34,35}

Outra diferença que chama atenção diz respeito ao maior alcance, em número de países, dos dados da RED ALC-China. É possível, por exemplo, citar o caso da Bolívia, que não tem registros na base da AEI, enquanto na base da RED ALC-China são mapeados cerca de US\$ 3 bilhões distribuídos em doze transações.

Do ponto de vista setorial, houve redefinições relevantes que ilustraram a gradativa ampliação do escopo de interesses chineses na região. Em termos agregados, os setores de energia e mineração – de acordo com a AEI – e recursos naturais – segundo a RED ALC-China – dominaram os fluxos de IED da China na América Latina.

31. De acordo com CEPAL (2018), as estimativas de investimento da China no país, entre 2005 e 2017, eram de apenas US\$ 400 milhões.

32. Cerca de três quartos das transações de investimento na Argentina ocorreram entre 2010 e 2013, segundo a RED ALC-China. A base da AEI igualmente aponta que 71% do IED chinês ocorreu entre 2010 e 2013. Os investimentos nesses anos foram inflados por duas grandes transações no setor de óleo e gás natural. Para mais detalhes, ver Ludeña (2017) e Stanley (2019).

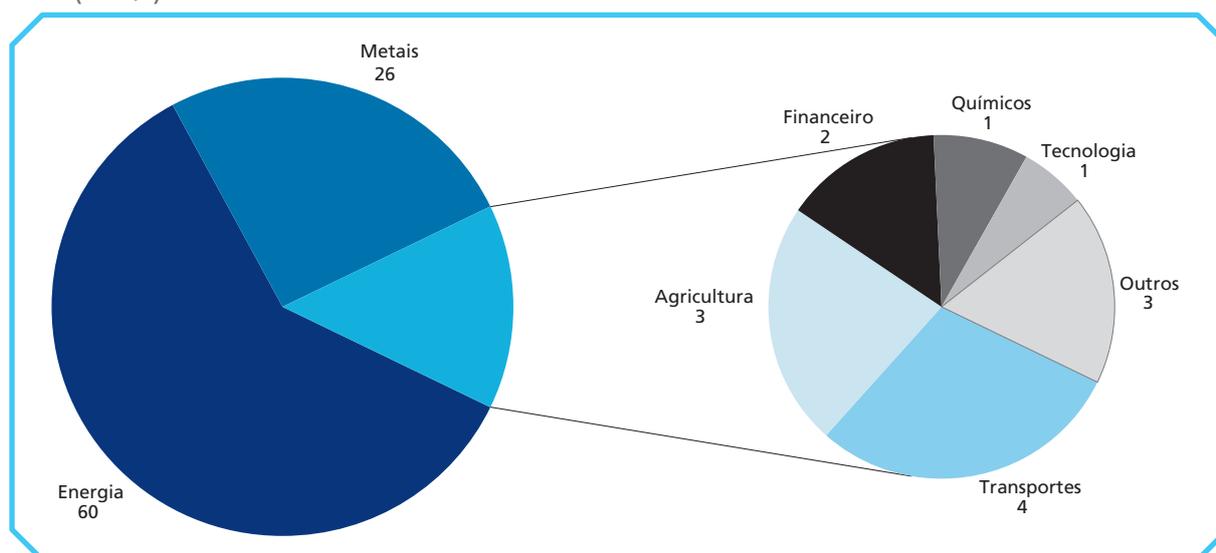
33. Disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

34. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

35. A base de dados da RED ALC-China mapeia mais de noventa transações de investimento da China no México entre 2005 e 2020, com uma média de US\$ 144 milhões. Por sua vez, os dados da AEI apresentam apenas treze investimentos chineses no país, com uma média de US\$ 258 milhões.

GRÁFICO 5**Distribuição setorial do IED chinês – América Latina (2005-2020)**

(Em %)



Fonte: AEI. Disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Elaboração dos autores.

As informações presentes na base da AEI sugerem representação combinada de 49% dos investimentos em petróleo e gás natural e mineração,³⁶ entre 2005 e 2020. Diante dessa representação, a primeira constatação seria que a busca por recursos (*resource-seeking*)³⁷ constitui determinante central para compreender o panorama das inversões chinesas na América Latina, uma vez que contribui para assegurar a continuidade do crescimento e a segurança energética do país.

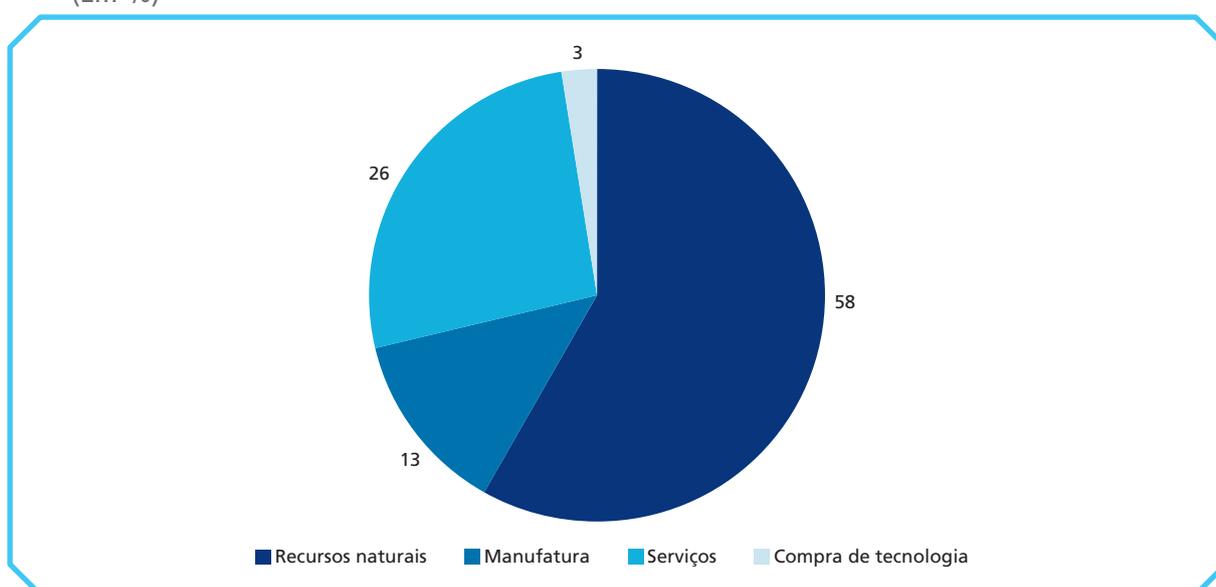
36. Considerando que os dados da AEI para o setor energético não os discriminam em relação a sua atividade (extração, exploração, geração, distribuição e transmissão), mas sim no que concerne a sua fonte (petróleo, gás natural, hidrelétrica e fontes alternativas), foram selecionadas as inversões categorizadas como *petróleo* e *gás natural*. Além disso, foram acrescentadas outras cinco transações que, embora sem classificação na base de dados, se tem conhecimento de que sucederam nos setores de petróleo e gás natural, como é o caso dos investimentos da Corporação Nacional de Petróleo Offshore da China (em inglês, China National Oil Offshore Corp. – CNOOC) e da Corporação Petroquímica da China (em inglês, China Petroleum & Chemical Corporation – Sinopec) na Argentina, entre 2010 e 2011 (Ludeña, 2017). Ao total, são cerca de US\$ 41 bilhões em investimentos nos setores de petróleo e gás natural e outros US\$ 22 bilhões em atividades de mineração.

37. Tipologia de investimento orientada ao acesso a recursos, como os naturais (minerais, agrícolas, energéticos etc.), que satisfaz o interesse do investidor em assegurar seu fornecimento ordenado. Para mais detalhes, ver Dunning (2000).

Os dados da RED ALC-China³⁸ também reforçam a impressão de que o interesse primordial dos investimentos chineses segue atrelado à obtenção de recursos naturais, principalmente (Rodrigues e Hendler, 2018; Wise, 2020), conforme sugere o gráfico 6.

GRÁFICO 6

Distribuição do IED chinês por atividade – América Latina (2005-2020) (Em %)



Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
Elaboração dos autores.

Em termos evolucionários, contudo, os dados da RED ALC-China³⁹ ilustram um declínio dos investimentos focados em matérias-primas (tabela 3).

A análise da evolução setorial, quando entrelaçada às modalidades de entrada⁴⁰ (*greenfield* e *brownfield*), permite delinear um panorama mais adequado dos investimentos e das tendências que emergiram nos últimos anos.

38. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

39. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

40. Enquanto os investimentos *greenfield* significam a exploração de um novo projeto, com elevação da capacidade produtiva, as operações *brownfield* remetem à fusão ou à aquisição de uma empresa residente em outra economia.

TABELA 3**Distribuição setorial do IED chinês: períodos selecionados (2005-2020)**

Período	Recursos naturais		Manufatura		Serviços e mercado doméstico		Compra de tecnologia	
	US\$ 1 milhão	%	US\$ 1 milhão	%	US\$ 1 milhão	%	US\$ 1 milhão	%
2005-2010	27.992	71	3.512	9	7.940	20	-	-
2011-2015	28.246	60	5.337	11	13.369	28	96	0
2016-2020	34.092	50	11.363	17	19.412	28	3.790	6
2005-2020	90.329	58	20.212	13	40.721	26	3.886	3

Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
Elaboração dos autores.

Em relação às fusões e às aquisições chinesas (*brownfield*), houve dois momentos distintos. Entre 2005 e 2014, predominaram as inversões em atividades extrativas, sobretudo no setor de petróleo e gás natural. Depois, entre 2015 e 2020, o período foi marcado por aquisições importantes no setor de eletricidade, gás natural e água, inicialmente no mercado brasileiro e, posteriormente, também no Chile e no Peru. Albright, Ray e Liu (2022) inclusive calculam que, nos últimos cinco anos, o setor de eletricidade correspondeu a 70% das aquisições chinesas na ALC.

QUADRO 2**Principais fusões e aquisições de empresas chinesas no setor de petróleo e gás natural – América Latina (2005-2020)**

Ano	País do ativo	Empresa	Ativos adquiridos	País vendedor	Montante
2006	Colômbia	Sinopec	Omimex de Colombia (50%)	Colômbia	US\$ 800 milhões
2006	Equador	Andes Petroleum ¹	EnCana	Canadá	US\$ 1,42 bilhão
2011	Trinidad e Tobago	Corporação de Investimentos da China (em inglês, China Investment Corp. – CIC)	GDF Suez (10%)	França	US\$ 850 milhões
2010	Brasil	Sinochem	Campo de Peregrino (40%)	Noruega	US\$ 3,00 bilhões
2010		Sinopec	Repsol (40%)	Espanha	US\$ 7,10 bilhões
2011		Sinopec	Petrogral Brasil (30%)	Portugal	US\$ 4,80 bilhões
2010	Argentina	CNOOC ²	Bridas (50%)	Argentina	US\$ 3,10 bilhões
2011		Sinopec	Occidental Petroleum Company (OXI)	Estados Unidos	US\$ 2,45 bilhões
2014	Peru	Sinopec	Petrobras Energia Peru S/A	Brasil	US\$ 2,60 bilhões

Fontes: CEPAL (2021) e outras.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Empresa subsidiária da China National Petroleum Corp. (CNPC).

² Transação inserida com base em AEI (disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>; acesso em: 12 dez. 2021) e Ludeña (2017).

Além do setor de petróleo, aquisições relevantes sucederam-se no setor mineral, em especial nos mercados brasileiro e peruano. No Brasil, Cariello (2021) destaca a aquisição, por US\$ 1,95 bilhão, de 15% da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), por um consórcio de companhias chinesas composto por Citic Group, Anshan Iron & Steel, Baosteel, Shougang e Taiyuan Iron & Steel.

A aquisição mais impactante ocorreu no Peru, em 2014, quando um consórcio de empresas chinesas, lideradas pelo Grupo Minmetals (em inglês, Mineral Metals Group – MMG),⁴¹ adquiriu a mina de cobre de Las Bambas, por US\$ 5,85 bilhões. Esse fato representou o maior investimento chinês no país, tendo contribuído para uma elevação significativa na produção de cobre a partir de 2016.⁴²

Além da redução nos preços internacionais de *commodities*, a transição para o setor de eletricidade deu-se em grande medida por conta das mudanças estruturais da economia chinesa, influenciando a internacionalização de conglomerados estatais em busca de novos mercados e retratando interesses vinculados com a exportação de equipamentos, serviços e tecnologias para os países da região (Peters, 2019). A mudança ocorreu inicialmente no Brasil, com as estatais Companhia das Três Gargantas da China (em inglês, China Three Gorges Corporation – CTG) e Companhia Nacional da Rede Elétrica da China (em inglês, State Grid Corporation of China – SGCC) elegendo o mercado do país como preferencial em suas estratégias de expansão internacional.⁴³ A partir de 2018, as firmas chinesas com atuação no setor elétrico passaram a realizar relevantes aquisições também no Chile e no Peru.

41. Empresa controlada pela estatal chinesa Minmetals.

42. A produção de cobre no Peru saltou de 1,7 milhões de toneladas métricas (TMs), em 2015, para mais de 2,3 milhões de TMs, o que tornou o país o segundo maior produtor global de cobre, atrás apenas do Chile. Para mais detalhes, ver Ungaretti e Haffner (2020).

43. Até 2019, a CTG e a SGCC alocaram no Brasil cerca de 60% e 48% de seus investimentos no exterior, respectivamente (Barbosa, 2020b).

TEXTO para DISCUSSÃO

QUADRO 3

Principais fusões e aquisições de empresas chinesas no setor elétrico – América Latina (2010-2020)

Ano	País do ativo	Empresa	Ativos adquiridos	País vendedor	Montante	
2010	Brasil	Companhia Nacional da Rede Elétrica da China	Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo (Etim)	Espanha	US\$ 1,72 bilhão	
2012			Torres de transmissão em alta tensão	Espanha	US\$ 940 milhões	
2017			CPFL Energia (94,75%)	Brasil	US\$ 9,90 bilhões	
2015		Companhia das Três Gargantas da China	Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira	Brasil	US\$ 3,60 bilhões	
2016			Duke Energy International Brasil Ltda.	Estados Unidos	US\$ 1,20 bilhão	
2017		Corporação Estatal de Investimento em Energia (em inglês, State Power Investment Corp. – SPIC)	Hidrelétrica São Simão	Brasil	US\$ 2,20 bilhões	
2019		Grupo Geral de Energia Nuclear da China (em inglês, China General Nuclear Power Group – CGN)	Duas usinas solares e um parque eólico	Itália	US\$ 739 milhões	
2018		Chile	Companhia da Rede Elétrica do Sul da China (em inglês, China Southern Power Grid Company Limited)	Transelect (27,7%)	Canadá	US\$ 1,30 bilhão
2020				Chilquinta Energía S/A e Tecnored S/A	Estados Unidos	US\$ 2,23 bilhões
2020	Naturgy (96%)		Espanha	US\$ 3,00 bilhões		
2019	Peru	Companhia das Três Gargantas da China	Empresa de geração Hual-laga S/A	Peru e Brasil	US\$ 1,39 bilhão	
2020		China Yangtze Power Co. Ltda. ¹	Luz del Sur (83,6%)	Estados Unidos	US\$ 3,59 bilhões	

Fontes: AEI (disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>; acesso em: 12 dez. 2021); Barbosa (2020a); CEPAL (2021); Cariello (2021); e Ray, Albright e Wang (2021).

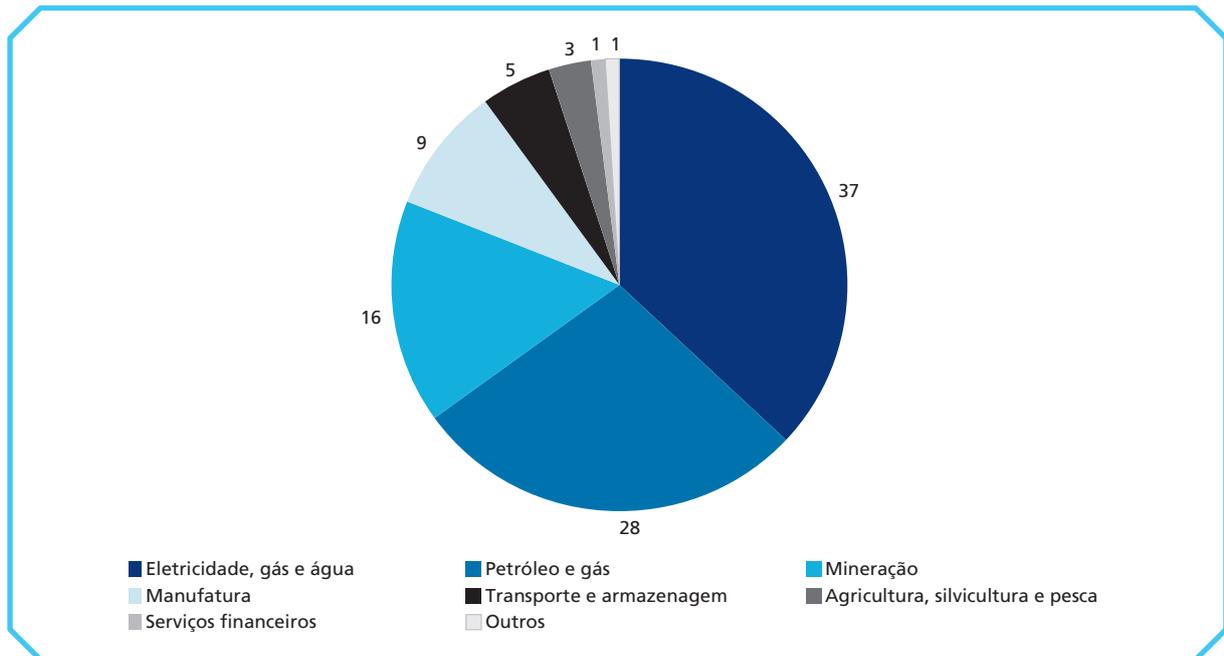
Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Empresa subsidiária da CTG.

Como resultado, o setor elétrico tornou-se o mais representativo nessa modalidade de entrada na América Latina, sendo seguido por petróleo e gás natural e mineração (gráfico 7). Os três setores somam cerca 81% de fusões e aquisições desde 2005.

GRÁFICO 7

Distribuição setorial de fusões e aquisições chinesas – América Latina (2005 e 2020)
(Em %)



Fonte: CEPAL (2021).

Elaboração dos autores.

No que diz respeito aos determinantes de fusões e aquisições, é possível verificar uma diversificação para englobar aportes cuja motivação supera a dimensão dos recursos, com determinantes associados à busca de mercados (*market seeking*).⁴⁴

Nesse sentido, companhias como a SGCC expandiram suas operações como forma de compensar a saturação do mercado doméstico chinês, ao adquirirem fatias de mercado em economias com potencial de crescimento. Além disso, cumpriram o papel de exportar os equipamentos e insumos produzidos na China e projetar globalmente padrões de engenharia e tecnologia,⁴⁵ ao mesmo tempo que aproveitaram oportunidades de mercado.

44. Essa tipologia se caracteriza pela busca em satisfazer determinado mercado estrangeiro, ou um conjunto de mercados, sendo orientada pela demanda. Ou seja, relaciona-se com a procura de dotações imóveis localizadas fora das fronteiras do país de origem, como tamanho do mercado, renda *per capita*, estrutura do mercado, acesso a mercados regionais e globais etc. Para mais detalhes, ver Dunning (2000).

45. Ao analisar os investimentos chineses no setor energético brasileiro, Schutte e Debone (2017) comentam que a projeção da SGCC no país também envolve interesses, como o de projetar a liderança mundial da empresa no segmento de transmissão de eletricidade em ultra alta tensão.

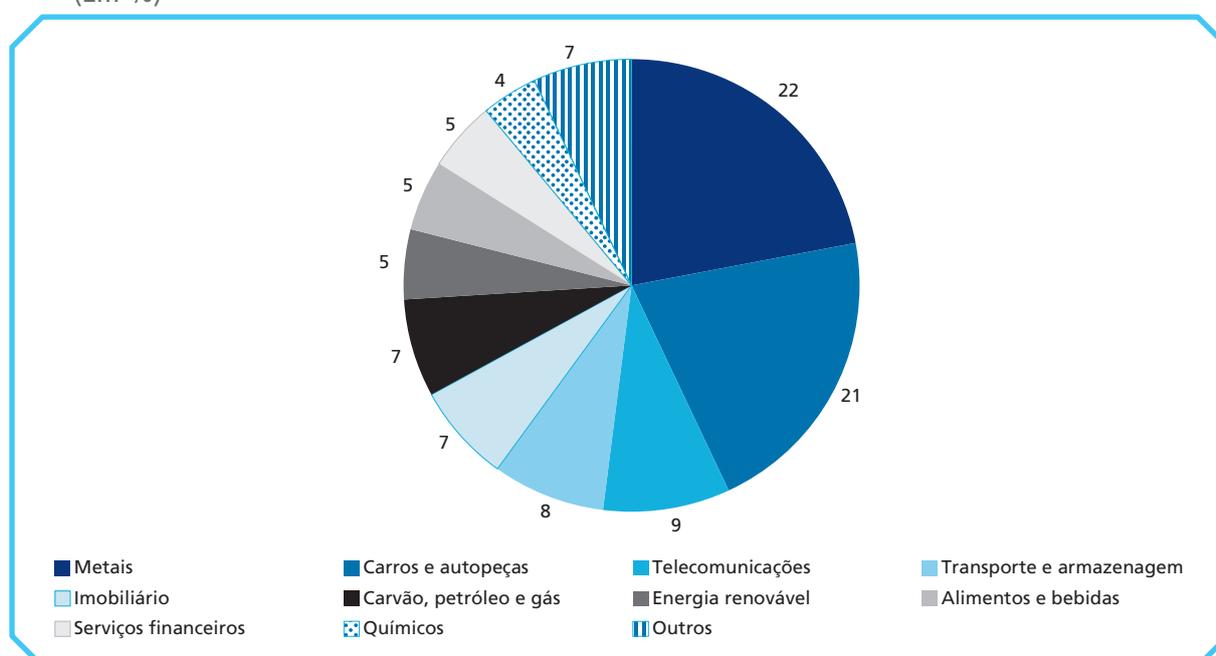
TEXTO para DISCUSSÃO

Os novos investimentos (*greenfield*), por sua vez, apresentaram um grau mais variado de diversificação. Diferentemente das aquisições, os três principais setores (metais, carros e autopeças e telecomunicações) concentraram cerca de 52% das inversões registradas, entre 2005 e 2020 (gráfico 8).

GRÁFICO 8

Distribuição setorial dos anúncios de novos investimentos (*greenfield*) da China – América Latina (2005-2020)

(Em %)



Fontes: FDI Markets (disponível em: <<https://bit.ly/3zwo1aq>>; acesso em: 10 jan. 2022); e fDi Markets (disponível em: <<https://is.gd/S500At>>).

Elaboração dos autores.

O setor de metais, que engloba tanto a atividade extrativa (primária) quanto a fabricação de metais (secundária ou industrial), destacou-se entre os novos investimentos, aparecendo como setor mais relevante também nas outras bases.⁴⁶ Os empreendimentos de natureza extrativa, localizados principalmente no Peru, são os mais significativos e representam cerca de três quartos do total. Os investimentos na manufatura de metais são mais numerosos, mas com montantes menores, sendo a maioria localizada no México (CEPAL, 2021).

46. A RED ALC-China mapeia um montante de US\$ 52 bilhões em investimentos *greenfield*, dos quais 45% podem ser agrupados no setor de metais. No caso da AEI, são registrados apenas US\$ 29,00 bilhões, com liderança do setor de minerais e mineração, que acumulam US\$ 13,88 bilhões.

No setor automotivo, empresas como Chery Auto, Anhui Jianghuai Automobile (JAC), Great Wall Motors e Geely anunciaram investimentos em novas instalações para montagem de veículos na ALC (Avendano, Melguizo e Miner, 2017), especialmente no Brasil e no México, mas também na Argentina, na Colômbia, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela (CEPAL, 2021).

Os setores de telecomunicações e de energias renováveis também ganharam maior importância nos últimos anos. Huawei, Xiaomi e Zhong Xing Telecommunication Equipment (ZTE) têm liderado os investimentos em telecomunicações, com parcela importante desses aportes associados a atividades de vendas e *marketing*, ainda que as operações de maior magnitude se vinculem às licitações para construção de infraestruturas (CEPAL, 2021).

Trevisan (2020) recorda que a Huawei, situada no núcleo das disputas tecnológicas entre China e Estados Unidos, tem presença em vinte países da América Latina, competindo tanto no mercado de *smartphones* quanto em infraestrutura. No Brasil, seus produtos e suas tecnologias compreendem cerca de 35% da infraestrutura de telecomunicações móveis.

Em relação às energias renováveis, as empresas chinesas anunciaram projetos especialmente em energia solar, bem como em projetos hidrelétricos. Entre 2015 e 2020, os novos investimentos em energia renovável somaram cerca de US\$ 3 bilhões, cerca de 13% do montante do total.

Em 2020, por exemplo, a CGN Brasil Energia, subsidiária da CGN, anunciou a intenção de triplicar seus ativos de geração de energia eólica e solar no Brasil, com expectativas de investimento acima dos US\$ 300 milhões (Ray, Albright e Wang, 2021).

Conforme o esperado, o papel das empresas estatais chinesas (SOEs) revelou-se bastante forte na ALC, a exemplo do ocorrido entre países signatários da BRI de todo o mundo. Peters (2015) sublinha a “onipresença do setor público” nos investimentos chineses na América Latina.

De acordo com a RED ALC-China,⁴⁷ as SOEs foram responsáveis por 78% dos aportes entre 2005 e 2020, com uma média de US\$ 579 milhões por transação. As empresas privadas detêm maior quantidade de investimentos (254 no total), embora com média de US\$ 136 milhões por projeto.

A preponderância das SOEs reflete o apoio governamental à internacionalização da economia chinesa. São diferentes os estudos (Salidjanova, 2011; Sauvant e Chen, 2014) que enfatizam o aparato institucional edificado pelas autoridades chinesas, com o objetivo de sustentar, por meio de incentivos e financiamento, a internacionalização de grupos empresariais em setores considerados prioritários e estratégicos.

47. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

Ao mesmo tempo, o peso das estatais sugere que a racionalidade dos investimentos não se limita a condicionantes econômicos e envolve também motivações de natureza extraeconômica.⁴⁸ Dessa forma, transparece uma lógica de Estado que se orienta também pela possível projeção de influência e ampliação do poder nacional (Santos e Milan, 2014; Rodrigues e Hendler, 2018).

Além de contribuírem para assegurar a segurança energética, diversificar os parceiros no mundo em desenvolvimento e ampliar a presença na economia internacional (Pecequillo, 2013; Vadell, 2013), os investimentos das estatais também servem a interesses estratégicos associados com a mudança estrutural da economia chinesa.

Dessa forma, a expansão das SOEs, sobretudo aquelas vinculadas com atividades de construção e infraestrutura, contribui para compensar a saturação do mercado interno, aliviar a pressão sobre o excesso de capacidade produtiva e exportar serviços e tecnologias chineses.

Ou seja, as estatais, em suas diferentes dimensões e atividades (energia, mineração, infraestrutura etc.), incrementaram sua participação na ALC na última década. Algumas exportaram excesso de capacidade produtiva, enquanto outras buscaram assegurar necessidades energéticas de longo prazo (Avendano, Melguizo e Miner, 2017).

De acordo com os dados da AEI,⁴⁹ há 71 empresas chinesas na América Latina com inversões acima de US\$ 95 milhões.⁵⁰ As dez empresas com maior montante de investimento cobrem 66% dos aportes, sendo responsáveis por 57 transações.

De acordo com CEPAL (2021), a primazia das estatais manifesta-se tanto no âmbito das aquisições quanto no dos novos investimentos, com as SOEs inteiramente presentes entre as dez principais, respectivamente. A diferença reside nos setores prevaletentes em cada modalidade de

48. Jenkins (2019), por exemplo, analisa objetivos estratégicos e diplomáticos associados com o engajamento econômico da China com a América Latina, ao destacar uma relação entre emissão de IED e liberação de empréstimos com o princípio de uma só China. Os países que reconhecem Taiwan recebem menos investimentos e praticamente nenhum tipo de financiamento chinês.

49. Disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

50. Dessas 71, são 45 as empresas que possuem investimentos entre US\$ 100 milhões e US\$ 1 bilhão, o que cobre setores como agricultura, serviços financeiros, telecomunicações, imobiliário, entre outros.

investimento, com maior diversidade setorial de empresas listadas entre as dez maiores no âmbito dos investimentos de natureza *greenfield*.⁵¹

TABELA 4**Dez maiores empresas chinesas, por fluxo de IED – América Latina (2005-2020)**

Empresa	Propriedade	Setor	Número de transações	US\$ 1 milhão	%
Sinopec	Pública	Energia	7	17.010	13
SGCC	Pública	Energia	7	16.380	13
CTG	Pública	Energia	13	12.010	9
CNPC	Pública	Energia	9	9.460	7
China Minmetals	Pública	Metais	3	7.900	6
CNOOC	Pública	Energia	7	6.310	5
Chinalco	Pública	Metais	3	4.250	3
Chengdu Tianqi	Privada	Metais	2	4.280	3
Sinochem	Pública	Energia	2	4.050	3
Corporação de Construção Ferroviária da China (CRCC)	Pública	Metais e transportes	4	3.750	3
Outros			94	43.350	34
Total			151	128.750	100

Fonte: AEI. Disponível em: <<https://bit.ly/3LvndGJ>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Elaboração dos autores.

O IED da China, portanto, é parte integrante e fundamental das relações econômicas com a América Latina, pois constitui um vetor pelo qual o país asiático busca assegurar seus interesses econômicos e estratégicos (Jenkins, 2019).

51. Diferentemente das aquisições, em que há predominância dos setores de metais e energia, as estatais responsáveis pelos investimentos *greenfield* de maior magnitude na América Latina envolvem atividades como transporte marítimo (Cosco); siderurgia (Shougang Group); fabricação de equipamentos de transmissão e transformação de energia, novos materiais e energias renováveis (Xinjiang TBEA Group); alumínio (Chalco); e indústria automotiva (Saic Motors). Para mais detalhes, ver CEPAL (2021).

3.3 Empréstimos e financiamentos

A elevação da presença chinesa na ALC também englobou a liberação de empréstimos e financiamentos aos governos e às empresas chinesas que operam na região. A contextualização dessas operações de crédito ajuda a elucidar tanto as relações comerciais com a China, quanto os fluxos de IED e a realização de projetos de infraestrutura (Recaj, 2020).

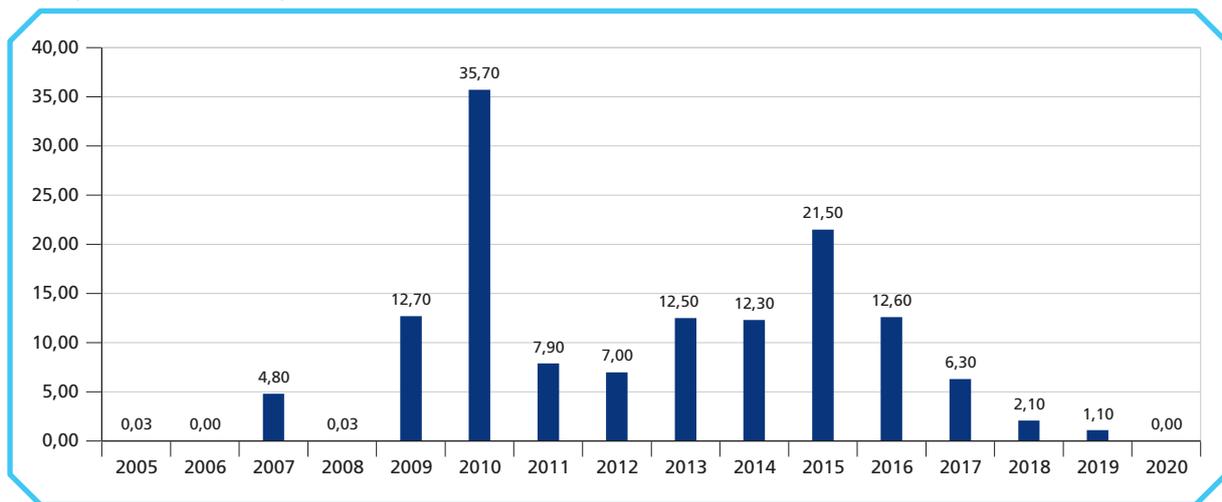
O Banco de Desenvolvimento da China (CDB, em inglês) e o Banco de Exportação e Importação da China (Chexim, em inglês) foram os principais veículos para operações de crédito de entidades chinesas na ALC durante a última década, sendo engrenagens centrais na estratégia de internacionalização chinesa (Jenkins, 2019).

Liu, Xu e Fan (2020) argumentam que essas instituições são plataformas das ações de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) "com características chinesas", abrangendo doações, empréstimos sem juros, empréstimos concessionais e não concessionais, créditos para exportação e investimento, entre outros instrumentos.⁵² Ou seja, não há forma singular nas operações de crédito chinesas, havendo diferentes formatos e graus variados entre ajuda externa e empréstimos a taxas de mercado (Malacalza, 2019).

O CDB e o Chexim expandiram-se globalmente desde a crise financeira de 2008, com mais de US\$ 460 bilhões em aportes para mais de 850 projetos, entre 2008 e 2019.⁵³

52. Malacalza (2019) entende que as ações chinesas de CID transcendem a ajuda externa tradicional (*aid*), compreendendo instrumentos financeiros na forma de empréstimos não concessionais, como créditos de exportação, empréstimos oficiais a preços de mercado e linhas estratégicas de crédito para empresas chinesas.

53. O continente asiático é o principal destinatário desses financiamentos, com 36% do total, sendo seguido pelos continentes americano, com 28%, e africano, com 22%. Os setores de energia e transporte receberam mais da metade dos compromissos financeiros mapeados. Para mais detalhes, ver Ray e Simmons (2020).

GRÁFICO 9**Operações de crédito do CDB e do Chexim – ALC (2005-2020)**
(Em US\$ 1 bilhão)

Fonte: China-Latin America Finance Databases. Disponível em: <<https://bit.ly/3fbOWjJ>>. Acesso em: 13 jan. 2022.
Elaboração dos autores.

Na América Latina, nota-se trajetória de elevação em empréstimos e financiamentos desde 2009, embora irregular e com um declínio significativo nos últimos anos. O pico de aportes ocorreu em 2010.⁵⁴ Houve, a partir de 2017, um declínio dos créditos chineses para a ALC, o que refletiu redefinições mais amplas a respeito da atuação internacional do CDB e do Chexim.⁵⁵ Em 2020, pela primeira vez desde 2006, não houve liberação de empréstimos e financiamentos aos países da região.

Os bancos de desenvolvimento, contudo, continuaram a desempenhar um papel relevante, seja no manejo de fundos regionais de investimento,⁵⁶ seja na realização de operações de cofi-

54. Koleski e Blivas (2018) recordam que, entre 2005 e 2017, os empréstimos e os financiamentos do CDB e do Chexim excederam os financiamentos combinados do Banco Mundial e do BID aos países da região.

55. As razões para o declínio de empréstimos e financiamentos são variadas e não se restringem apenas à ALC, envolvendo aspectos como reavaliação de custos e benefícios de projetos, transações problemáticas no portfólio de operações de crédito e receios a respeito da capacidade de pagamentos de países destinatários. Para mais detalhes, ver Mingley e Kratz (2021) e, para a ALC, Myers e Ray (2021).

56. O CDB e o Chexim ainda fazem a gestão de fundos regionais, tais como: i) Fundo de Investimento para Cooperação Industrial China-América Latina (em inglês, China Latin-America Production Capacity Cooperation Investment Fund – Claifund); ii) Programa Especial de Empréstimos para Projetos de Infraestrutura China-América Latina (Special Loan Program for China-Latin America Infrastructure Project); e iii) Fundo de Cooperação China-América Latina (em inglês, China-LAC Cooperation Fund – CLAC). Para mais detalhes, ver Myers e Ray (2021).

nanciamento com bancos multilaterais, seja no suporte às empresas chinesas com presença na região (Myers e Ray, 2021).

Em termos agregados, cerca de US\$ 136 bilhões em aportes foram realizados desde 2005. Deste total, US\$ 97,9 bilhões foram comprometidos pelo CDB, enquanto US\$ 25 bilhões empenhados pelo Chexim.⁵⁷ Embora menos presente em termos de volume, este último liberou um maior número de empréstimos (54 no total), contra quarenta do CDB.⁵⁸

Segundo Gallagher (2016) os mandatos do CDB e do Chexim são similares, embora com diferenças relevantes.

O CDB não oferece ajuda oficial ao desenvolvimento, ao disponibilizar empréstimos não concessionais a taxas de mercado (Malacalza, 2019). Os instrumentos financeiros envolvem empréstimos soberanos, financiamento corporativo e de projetos, entre outros exemplos (Song, 2019). Ou seja, os empréstimos e os financiamentos abrangem taxas de juros e períodos de carência similares ao praticado por instituições de mercado, em alguns casos com condições até menos vantajosas (Koleski e Blivas, 2018).

O Chexim, por sua vez, oferece empréstimos concessionais⁵⁹ e empréstimos comerciais (Malacalza, 2019), ao disponibilizar linhas de crédito bilaterais em distintas modalidades (Gallagher, 2016; Song, 2019). Koleski e Blivas (2018) assinalam que o banco geralmente oferece linhas de crédito para compra de produtos e serviços chineses a taxas de juros menores (entre 1 e 2%) que aquelas praticadas pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (US Eximbank).

A maior presença dos bancos chineses na ALC gerou debates a respeito das dinâmicas da cooperação financeira praticadas pela China. De um lado, geralmente é enfatizado o princípio da não intervenção dessas instituições, bem como o caráter “Sul-Sul” do modelo de cooperação chinês, que desafia os postulados da assistência oficial ao desenvolvimento (ODA, em inglês), promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (Lin e Wang, 2017; Liu, Xu e Fan, 2020).

57. Há, ainda, US\$ 13,9 bilhões em empréstimos que envolvem operações de cofinanciamento do CDB e do Chexim com instituições como o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, em inglês).

58. Disponível em: <<https://bit.ly/3fbOWjJ>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

59. De acordo com as definições de ODA, estipulado pela OCDE (OECD, 2009), empréstimos concessionais têm intrinsecamente um componente de concessão (taxas de juros abaixo do mercado e longos períodos de maturação), que envolvem fluxos de capital e recursos intergovernamentais, com orientação para o desenvolvimento e o bem-estar social e com um componente de doação de ao menos 25% do valor total.

De outro lado, há críticas em relação à opacidade dos contratos de empréstimo⁶⁰ e ao descompasso entre as condições de governança e práticas ambientais impostas por instituições tradicionais, como o Banco Mundial e o CDB, especialmente. Garzon *et al.* (2021) constataram que o CDB não possui sequer um documento público que explicita suas políticas ambientais e sociais e, também, não conta com um departamento para avaliar impactos ambientais dos projetos. Koleski e Blivas (2018) também questionaram as condicionalidades que atrelam os empréstimos à compra de produtos e serviços de construção e engenharia chineses, uma vez que pode limitar benefícios em termos de criação de emprego, construção de capacidades locais e estímulos para demanda de produtos e serviços locais.

Há, portanto, limites e oportunidades associados aos financiamentos chineses na ALC, cuja distribuição geográfica se concentra em um número limitado de países. Desde 2005, quatro países (Venezuela, Brasil, Equador e Argentina) foram responsáveis por absorver 93% dos aportes do CDB e do Chexim.

TABELA 5**Destinos das operações de crédito do CDB e do Chexim – América Latina (2005-2020)**

País	Número de empréstimos	%	Montante (US\$ 1 bilhão)	%
Venezuela	17	17	62,2	45,46
Brasil	12	12	29,7	21,71
Equador	15	15	18,4	13,45
Argentina	12	12	17,1	12,50
Bolívia	10	10	3,4	2,49
Jamaica	11	11	2,1	1,53
México	1	1	1,0	0,73
República Dominicana	1	1	0,6	0,44
Suriname	4	4	0,58	0,42
Costa Rica	1	1	0,395	0,29
Trinidad e Tobago	2	2	0,374	0,27
Cuba	3	3	0,24	0,18

(Continua)

60. Horn, Reinhart e Trebesch (2019) entendem que a falta de transparência é uma característica marcante dos financiamentos chineses, com poucas informações públicas sobre condições de pagamento e com características que os aproximam de empréstimos comerciais, inclusive com cláusulas de sigilo e arbitragem que dificultam a divulgação de dados sobre inadimplência ou reestruturação de dívidas.

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

País	Número de empréstimos	%	Montante (US\$ 1 bilhão)	%
Guiana	3	3	0,214	0,16
Barbados	1	1	0,17	0,12
Antígua e Barbuda	2	2	0,128	0,09
Bahamas	2	2	0,099	0,07
Granada	1	1	0,066	0,05
Peru	1	1	0,05	0,04
Total	99	100	136,8	100,00

Fonte: China-Latin America Finance Databases. Disponível em: <<https://bit.ly/3fbOWjJ>>. Acesso em: 13 jan. 2022.
Elaboração dos autores.

Recaj (2020) recorda que, com exceção do Brasil, os outros três grandes receptores de empréstimos passaram, nas últimas décadas, por graves problemas de acesso aos mecanismos internacionais de crédito. Deve-se ter vista a orientação de suas políticas macroeconômicas e o histórico de declaração de moratória (Equador e Argentina), além do discurso antineoliberal e dos tensionamentos no relacionamento com os Estados Unidos.

Nos casos de Equador e Venezuela, países que não têm boas classificações de risco, os empréstimos por petróleo (*loan-for-oil*) tornaram-se uma alternativa para tornar as operações mais seguras e com menor risco, conseqüentemente permitindo o desenvolvimento de projeto com taxas de juros razoáveis.⁶¹

Em relação à Venezuela, os desembolsos dos créditos chineses, particularmente por meio da criação de fundos conjuntos de cooperação,⁶² foram responsáveis por financiar cerca de 790 projetos em diversas áreas, como construção, mineração, hidrocarbonetos, telecomunicações e

61. A negociação desse tipo de financiamento envolve o ministério das finanças do país destinatário do empréstimo, a empresa exportadora da *commodity* e a empresa chinesa importadora, bem como o ministério responsável pelo projeto objeto de financiamento. O governo que toma o empréstimo assina o contrato com o banco chinês, e os rendimentos de um valor especificado da exportação – geralmente em quantidade – são depositados em uma conta de garantia com o banco chinês e sacados para reembolsar o empréstimo, usualmente vinculado a um contrato de construção com uma firma chinesa. Ver Bräutigam e Gallagher (2014).

62. Os desembolsos dos empréstimos foram efetivados por meio do Fundo Conjunto China-Venezuela (JCVF, em inglês) e do Fundo de Grande Volume de Longo Prazo (LTLVF, em inglês). Esses mecanismos foram criados com contribuições da China, por meio do CDB, e da Venezuela, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Nacional (Fonden). No curto prazo, o reembolso das contribuições da China dar-de-ia preferencialmente com embarques de petróleo. Para mais detalhes, ver Piña (2019).

manufatura. Os mecanismos pelos quais os empréstimos foram aprovados implicaram o compromisso, por parte da Venezuela, de honrar as dívidas contraídas com envios de petróleo para a China (Piña, 2019).

Salgado (2019) identificou que a maior parte dos créditos chineses para o Equador se destinou para construção de infraestruturas em setores que o governo do país sul-americano, sobretudo durante o mandato de Rafael Corrêa (2007-2017), considerou como estratégico ao desenvolvimento (hidrocarbonetos, mineração, energia hidrelétrica, transportes, saúde, educação, entre outros). Entre 2010 e 2018, foram assinados vinte e seis acordos de empréstimo, totalizando US\$ 13,6 bilhões, sob diferentes modalidades e com propósitos distintos⁶³ (Salgado, 2019).

Em relação ao Brasil, a grande maioria dos créditos chineses se direcionou ao setor de energia (US\$ 26,1 bilhões), contabilizando 90% do total. Deste montante, há um papel proeminente da Petrobras,⁶⁴ que recebeu US\$ 25 bilhões dos bancos chineses entre 2007 e 2018, sendo US\$ 17 bilhões se caracterizando como operações de crédito vinculados a acordos de fornecimento de petróleo (Hiratuka e Deos, 2019).

No caso argentino, os empréstimos não foram assegurados com exportações de petróleo e outras matérias-primas, embora a dificuldade no acesso às fontes internacionais de financiamento tenha sido uma característica similar aos casos venezuelano e equatoriano. Desde 2007, o país recebeu US\$ 17,1 bilhões em créditos, destinados especialmente à modernização de ferrovias e construção de infraestrutura energética (Stanley, 2019).

Em termos setoriais, os empréstimos institucionais dirigem-se em sua maioria para os setores de energia e infraestrutura, que em conjunto somam 86% do total. Recaj (2020) argumenta que, diferentemente do capital ocidental, que diversifica seus financiamentos em diversas atividades, o capital chinês focaliza-se nos setores extrativos e de infraestrutura. Há, nesse sentido, certa complementaridade entre os créditos chineses e os bancos multilaterais tradicionais (Gallagher, 2016).

63. Dos 26 empréstimos, doze foram para construção de infraestruturas e catorze foram discricionários – embora metade desses empréstimos estivessem condicionados ao financiamento de infraestrutura e projetos de investimentos em que empresas chinesas estivessem envolvidas –, incluindo-se quatro empréstimos garantidos por petróleo. Para mais detalhes, ver Salgado (2019).

64. Para a Petrobras, o acesso aos aportes sobretudo do CDB foi particularmente relevante, considerando-se a perda do grau de investimento da empresa em 2015, motivada pela queda no preço internacional do petróleo e pelos efeitos adversos causados pela operação Lava-Jato. Para mais detalhes, ver Hiratuka e Deos (2019). Sobre a Petrobras e os financiamentos chineses, ver Barbosa (2020b).

No setor de energia, os financiamentos chineses direcionaram-se a projetos de exploração e extração de petróleo e construção de hidrelétricas, bem como a projetos em energia limpas (usinas eólicas e parques solares). Em relação à infraestrutura de transportes, destaca-se a liberação de créditos para construção e modernização de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Há, ainda, projetos em termos de infraestrutura social, que envolvem a construção de escolas, hospitais e obras de mobilidade urbana (Peters, 2020).

Considerando-se esse panorama geral em termos de distribuição geográfica e setorial dos empréstimos dos bancos de políticas públicas chineses, cabe mencionar, brevemente, redefinições que vêm se sucedendo recentemente.

A primeira dessas mudanças diz respeito à queda nos empréstimos do CDB e do Chexim (gráfico 9). Essa redução se explica por um conjunto de fatores; entre estes, os próprios efeitos recessivos da pandemia, que fizeram com que ambas as entidades voltassem suas atenções para a recuperação econômica interna (Myers e Ray, 2021).

O arrefecimento no ritmo dos financiamentos, contudo, teve início ainda em 2016, o que tornou a justificativa da pandemia insuficiente para explicar a tendência de declínio. Além de pressões para desalavancagem no exterior (Mingey e Kratz, 2021), outras razões ainda incluem o recuo no volume de reservas internacionais da China,⁶⁵ bem como a reavaliação de custos e benefícios dos projetos e a capacidade de pagamento dos países destinatários, como a Venezuela e o Equador (Myers e Ray, 2021).

Nesse contexto de reestruturação, os bancos comerciais chineses elevaram sua presença na ALC.⁶⁶ Além do ICBC, há ainda outros três bancos comerciais que conformam o chamado *big four*: Banco da China (BOC, em inglês); Banco de Construção da China (CCB, em inglês); e Banco de Agricultura da China (ABC, em inglês).

Para Myers,⁶⁷ esses bancos vêm expandindo sua presença desde o lançamento da BRI, embora a um ritmo mais acentuado a partir de 2018, quando a região foi oficialmente incorporada à iniciativa (quadro 4).

65. De acordo com dados do Banco Mundial, houve redução relevante no nível de reservas internacionais da China entre 2014 e 2016, de US\$ 3,9 trilhões para US\$ 3,09 trilhões, mantendo-se estável desde então. Dados disponíveis em: <<https://bit.ly/2XG2jzE>>.

66. Na ALC, os bancos comerciais já se estabeleceram por meio da criação de filiais e subsidiárias em países como Argentina, Brasil, Chile, México, Panamá e Peru. Para mais detalhes, ver Ugarteche e León (2020).

67. Disponível em: <<https://bit.ly/3fbOWjJ>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

QUADRO 4**Número de operações de crédito dos bancos comerciais chineses – América Latina (2012-2020)**

Ano	Número de empréstimos	País	Setor
2012	1	Equador (1)	Infraestrutura (1)
2013	2	Venezuela (1) e Honduras (1)	Energia (2)
2014	4	Argentina (2) e Peru (2)	Energia (1), infraestrutura (1) e mineração (2)
2015	9	Brasil (4), Argentina (4) e Colômbia (1)	Energia (6) e infraestrutura (3)
2016	2	Equador (1) e Brasil (1)	Energia (2)
2017	3	Brasil (1), Argentina (1) e Chile (1)	Energia (3)
2018	2	Peru (1) e Chile (1)	Mineração (1) e infraestrutura (1)
2019	8	Argentina (4), Chile (2), Colômbia (1) e Equador (1)	Energia (6) e infraestrutura (2)
2020	9	Argentina (5), Brasil (2), México (1) e Colômbia (1)	Energia (5), infraestrutura (2) e mineração (2)

Fonte: Myers. Disponível em: <<https://bit.ly/3fbOWjJ>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Elaboração dos autores.

Entre 2012 e 2020, foram registrados quarenta empréstimos,⁶⁸ sendo dezessete apenas em 2019 e 2020. Houve predominância por parte do ICBC, responsável por 32 operações de crédito na ALC.

Em termos de destino, a Argentina recebeu 40% do número de empréstimos, possivelmente em razão da presença do ICBC no país após a compra da *Standards Banks Argentina*, em 2011. Os setores de energia e infraestrutura se destacaram nos empréstimos e financiamentos dos bancos comerciais chineses, computando por 60% e 27%, respectivamente.

No setor de energia, houve 24 projetos, sendo quinze destes no setor de petróleo e gás natural. Ademais, ocorreram quatro projetos em energia renovável e outros quatro no setor hidrelétrico. Somente a Argentina possui nove projetos em petróleo e gás natural, bem como três em energias

68. Myers ressalta a dificuldade em mapear os valores dos empréstimos liberados por parte dos bancos comerciais, visto que sua atuação se encontra bastante atrelada ao financiamento de projetos por meio da formação de consórcios de credores. Disponível em: <<https://bit.ly/3fbOWjJ>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

renováveis. Cabe destacar o suporte do ICBC aos parques eólicos de Loma Blanca e Miramar em 2019, o que sugere maior interesse dos bancos comerciais no financiamento de projetos em energia eólica e solar (Myers e Ray, 2021).

Em relação à infraestrutura, foram identificados cinco projetos no setor de transportes, com destaque para o apoio do CCB à expansão do porto de São Luís, no Brasil. Além disso, os bancos comerciais financiaram cinco projetos em infraestrutura social, como a construção de um sistema de controle de enchentes no Equador e um hospital geriátrico no Chile.

O Peru, país que recebeu apenas US\$ 50 milhões em empréstimos do CDB e do Chexim, recebeu financiamentos do ICBC e do BOC para projetos no setor mineral, sendo dois associados à mina de Las Bambas e outro, recebido em 2019, vinculado com a expansão da mina de cobre de Marcona. Os outros dois projetos no setor de mineração foram liberados pelo ICBC, em 2020, para financiar a produção de cimento da empresa Loma Negra, na Argentina (Myers e Ray, 2021).

3.4 Projetos de infraestrutura

Os contratos de construção – ou projetos de infraestrutura – empreendidos por empresas chinesas em outros países representam uma forma adicional de internacionalização ou ampliação da presença da China no exterior (Jenkins, 2019). Na ALC, esses projetos são realizados sob a modalidade de contratação e têm se ampliado na última década, o que reflete também tendências globais a respeito do próprio desenvolvimento da BRI e da conformação de uma globalização com características chinesas⁶⁹ (CEPAL, 2021; Peters, 2020).

Os projetos de infraestrutura diferenciam-se dos fluxos de IED, pois estes apresentam dinâmicas distintas, embora integrem um mesmo ecossistema de interações econômicas. Os contratos de construção não envolvem propriedade. São entendidos como um serviço prestado a um cliente

69. A ideia de “globalização com características chinesas” enfatiza a centralidade da infraestrutura nas iniciativas chinesas no plano internacional – em especial, a BRI –, diferenciando-se do padrão de globalização ocidental, predominante nas últimas décadas, atrelado à liberação financeira e à desregulamentação das economias nacionais. O desenvolvimento da Nova Rota da Seda parte justamente do objetivo de Pequim de remodelar o ambiente internacional de forma favorável aos seus interesses. Para mais detalhes, ver Mações (2018), Vadell, Secches e Burger (2019) e Pautasso, Doria e Nogara (2020).

mediante um contrato, usualmente resultante de processo de licitação, embora também possam ocorrer por meio de designação direta (Peters, 2020; 2021a).⁷⁰

Os projetos abrangem sobretudo atividades de construção, embora também possam envolver serviços como os de concepção, desenho, monitoramento, manutenção ou operação de infraestrutura, sob múltiplas fontes de financiamento (pública, privada, nacional, estrangeira etc.), permanecendo a propriedade com o cliente (Peters, 2020; 2021a).

A experiência acumulada pelas empresas chinesas em obras de infraestrutura é fato amplamente conhecido (Gransow, 2015), assim como a lacuna de infraestrutura dos países em desenvolvimento. Essa complementaridade entre ofertantes e demandantes é determinante para a evolução recente da Nova Rota da Seda.

Chauvet *et al.* (2020) destacam que o setor de construção e infraestrutura chinês desenvolveu suas capacidades ao longo da trajetória de crescimento empreendida pelo país oriental, sendo atualmente capaz de executar grandes e complexos projetos de obras públicas.

A capacidade técnica das empresas chinesas somou-se ao acesso a financiamento, em especial por meio dos empréstimos dos bancos de política pública chineses. Com isso, há inúmeras oportunidades de cooperação com os países latino-americanos, que apresentam enorme *deficit* de infraestrutura.⁷¹

A cobertura e a qualidade insuficientes de diversos serviços (água, eletricidade, saneamento etc.) normalmente criam obstáculos ao crescimento econômico sustentável e inclusivo, bem como à consecução das metas de desenvolvimento internacionalmente acordados (Chauvet *et al.*, 2020). Por sua vez, a China tem interesse em exportar serviços e tecnologias e aliviar seu excesso de capacidade produtiva.

70. Os projetos de infraestrutura não envolvem propriedade e nem delimitam um período indefinido de atuação de uma empresa na economia de outro país. Ou seja, apesar de envolverem a presença das firmas chinesas enquanto durar o período de construção de dado empreendimento, não conduzem seu estabelecimento permanente, característica que define o IED. Para mais detalhes, ver Jenkins (2019) e Scissors (2020).

71. O reduzido investimento em infraestrutura na América Latina não é um dado recente. O investimento caiu acentuadamente desde o final da década de 1980, quando mais de 4% do PIB eram investidos. Esse percentual nunca foi recuperado, particularmente nas maiores economias (Brasil, México e Argentina). O resultado é uma lacuna acumulada significativa de infraestrutura. É estimado que essa lacuna gire em torno de US\$ 150 bilhões anuais, ou 2,5% do PIB da região. Para mais detalhes, ver Cavallo e Powell (2019) e Cavallo, Powell e Serebrisky (2020).

Por conta dessas possíveis sinergias, as autoridades do país asiático identificaram a infraestrutura como aspecto prioritário em seu relacionamento com a América Latina (Niu, 2018). Os governos da ALC, por sua vez, observam a China como parceiro em potencial, que também detém *expertise* técnica. Dessa forma, há possibilidades de a China contribuir com a lacuna de infraestrutura da região, sobretudo no marco da BRI (Pautasso *et al.*, 2020), conseqüentemente atenuando os gargalos que impedem o desenvolvimento da região (Gransow, 2015).

É preciso ressaltar, entretanto, a existência de desafios à análise de custos e benefícios de projetos (Koleski e Blivas, 2018). Outros riscos se vinculam com a construção de capacidades de empresas locais no longo prazo, tendo-se em vista a preferência chinesa por contratos de construção convencionais e a prioridade concedida ao emprego de insumos, equipamentos e tecnologia de fornecedores chineses (Chauvet *et al.*, 2020).

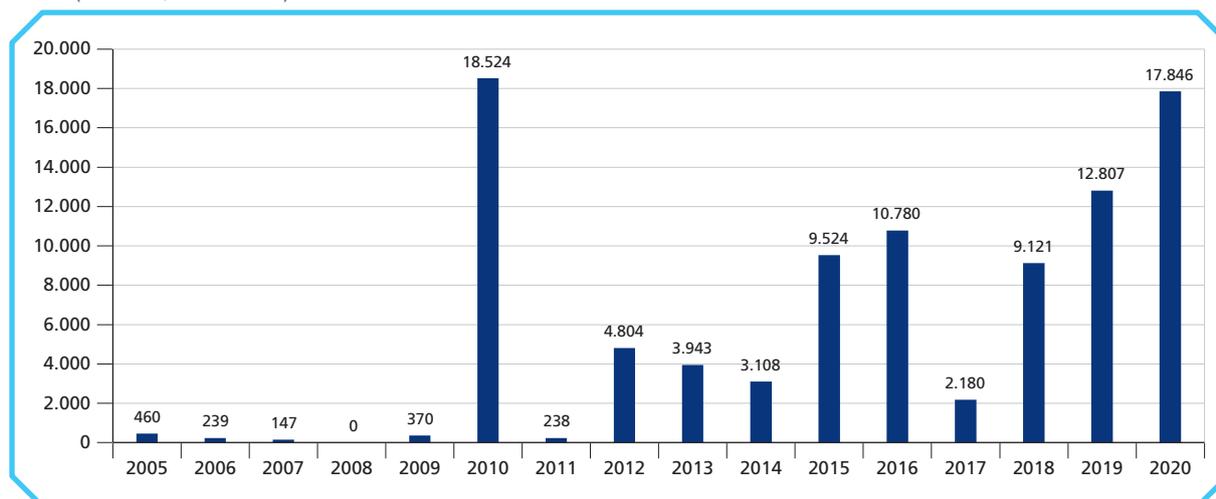
Considerando-se essa ambivalência, importante pontuar que os projetos de infraestrutura, ao contrário de transações como a aquisição de ativos existentes, exigem conhecimento local. Isso demanda também processos de aprendizagem em termos de licitações, regulamentos trabalhistas, normas ambientais, entre outros exemplos (Peters, 2020; 2021a).

Os projetos de infraestrutura sob modalidade de contratação cresceram de forma perceptível ao longo da última década (gráfico 10). Desde 2005, houve 138 projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, os quais somaram US\$ 94 bilhões, com uma média de US\$ 682 milhões por projeto. A maior parte dos projetos ocorreu na década passada, com média anual de US\$ 8,43 bilhões, entre 2010 e 2020.⁷²

72. Para efeitos de comparação, os dados de contratos de construção da AEI também sugerem uma elevação dos projetos a partir de 2010, embora com uma média anual menor, da ordem de US\$ 5,2 bilhões.

GRÁFICO 10**Projetos de infraestrutura da China envolvendo empresas chinesas – América Latina (2005-2020)**

(Em US\$ 1 milhão)

Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://is.gd/bckRSa>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Elaboração dos autores.

3.4.1 Distribuição dos projetos entre países da ALC

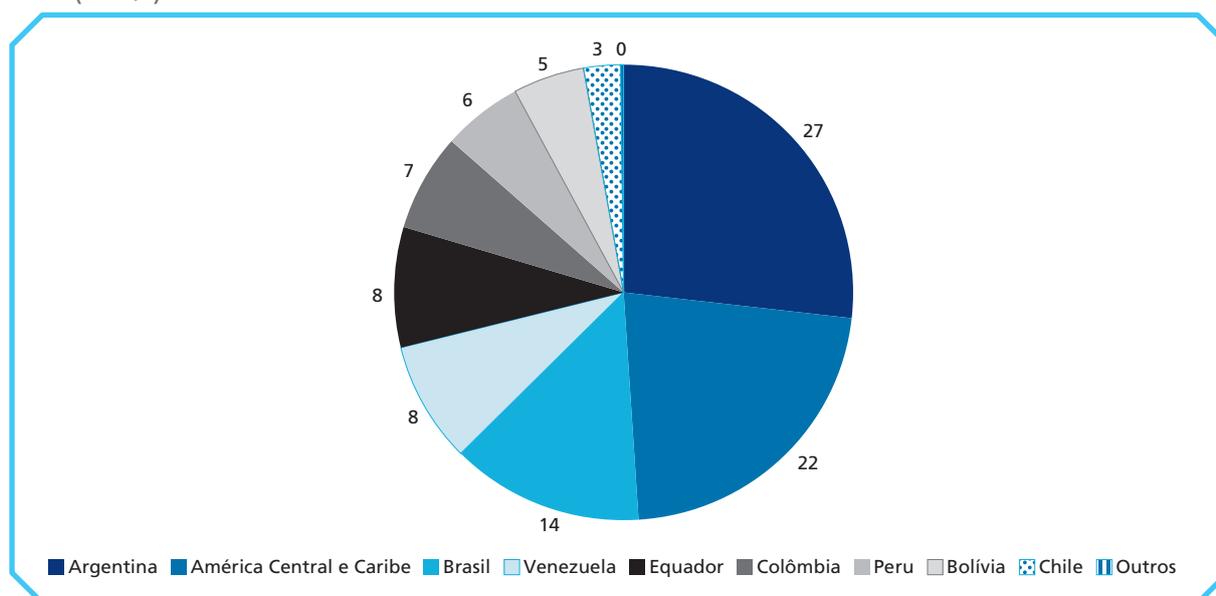
Os países sul-americanos constituem mercado para cerca de 78% do total dos contratos (gráfico 11). Entretanto, existem projetos representativos em países centro-americanos e caribenhos,⁷³ tais como a Estrada Norte-Sul na Jamaica (US\$ 730 milhões); a ampliação da refinaria de Cienfuegos em Cuba (US\$ 5,0 bilhões); a quarta ponte sobre o Canal do Panamá (US\$ 1,5 bilhão); e a construção do Trem Maia no México (US\$ 630 milhões).

Na América do Sul, é importante destacar que os quatro principais receptores de empréstimos dos bancos de desenvolvimento chineses concentraram 57% dos projetos, o que sugere correspondência entre financiamentos chineses e obras de infraestrutura sob modalidade de contratação (CEPAL, 2018; 2021).

73. A correlação é ainda mais acentuada na base da AEI, que registra uma representação de 72% dos contratos de construção nesses países.

GRÁFICO 11

Projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, por país (2005-2020)
(Em %)



Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://is.gd/bckRSa>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Elaboração dos autores.

O quadro 5 ainda apresenta uma síntese dos projetos de infraestrutura por país, ao descrever o número de projetos, o montante dos contratos e as observações associadas a cada caso, incluindo-se a adesão ou não à BRI.

QUADRO 5

Síntese dos projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, por país (2005-2020)

País	Número de projetos	Montante (US\$ 1 milhão)	BRI	Observações
Argentina	25	25.226	Sim	Obras públicas de transporte ferroviário, energia hidrelétrica, parque solares, usinas eólicas, distribuição de gás natural e serviços públicos de saneamento.
Brasil	17	12.773	Não	Destaque para a construção das duas linhas de transmissão da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte com a participação da empresa SGCC.
Venezuela	10	8.063	Sim	Projetos com forte associação às atividades de geração de energia no setor de petróleo e gás natural
Equador	19	8.02	Sim	Os projetos situaram-se especialmente no setor energético, com financiamentos e prestação de serviços de construção e engenharia, para um conjunto de sete projetos hidrelétricos

(Continua)

(Continuação)

País	Número de projetos	Montante (US\$ 1 milhão)	BRI	Observações
Colômbia	5	6.5	Não	O projeto de maior relevância diz respeito à construção do metrô de Bogotá (US\$ 3,4 bilhões), a cargo da estatal Empresa de construção de comunicações da China (em inglês, China Communications Construction Company – CCCC)
Peru	8	5.28	Sim	Entre os projetos, cabe destacar a UHE de San Gaban (US\$ 500 milhões), bem como outros quatro projetos no setor de telecomunicações, em 2019.
Bolívia	13	4.7	Sim	Projetos em energia, transportes e comunicações, com destaque para a construção da UHE Rositas e a estrada Cochabamba-Santa Cruz.
Chile	8	2.45	Sim	Os contratos distribuem-se em duas obras voltadas à ampliação de terminais portuários, havendo também projetos nos setores de transporte e telecomunicações.

Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://is.gd/bckRSa>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Elaboração dos autores.

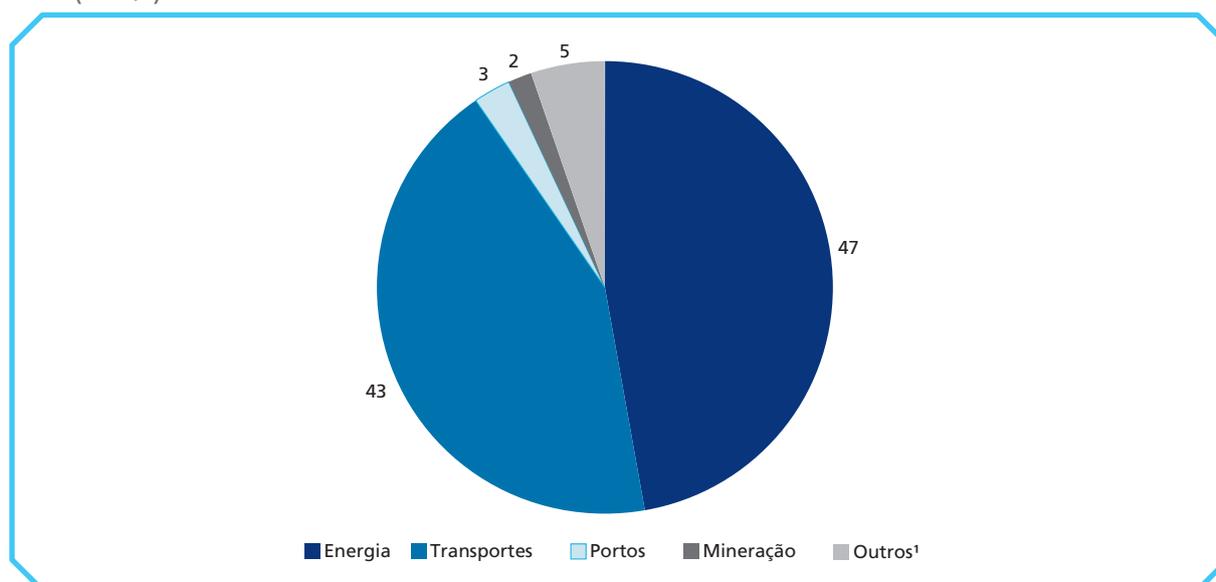
Na América do Sul, portanto, houve mais de cem projetos de infraestrutura, com predominância da Argentina, destino de cerca de 34% dos empreendimentos na região. O país recentemente se incorporou à BRI, deixando de fora apenas Brasil, Colômbia e Paraguai, este último um país que não mantém relações diplomáticas com a China.

3.4.2 Distribuição setorial dos contratos de construção na ALC

Considerando a referida correspondência entre os empréstimos institucionais chineses e os projetos de infraestrutura sob modalidade de contratação (CEPAL, 2021), a distribuição setorial dos projetos contratados na ALC reforça a centralidade dos setores de energia e transportes (gráfico 12). Mais de cinquenta projetos no setor energético totalizaram US\$ 44,4 bilhões, e abarcaram centrais hidrelétricas, usinas de energia eólica e solar, redes de transmissão e projetos de gás natural e petróleo, assim como um projeto de energia nuclear na Argentina (*op. cit.*). O destaque recai para os dezenove projetos hidrelétricos na região (US\$ 14,4 bilhões), que abrangem contratos no Equador, na Argentina, na Venezuela, no Peru, na Bolívia, em Belize e em Honduras.

GRÁFICO 12

Projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, por setor (2005-2020)
(Em %)



Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://is.gd/bckRSa>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ A designação *outros* inclui: aquedutos; aeroportos; saúde; segurança; e telecomunicações.

Além disso, vale mencionar o recente foco dos contratos no setor de energias renováveis. Houve importante ampliação da capacidade de geração instalada por meio da construção de parques eólicos e usinas solares, sobretudo na Argentina (com oito projetos) e México (dois). A participação chinesa no sistema energético argentino direcionou-se para o setor de renováveis a partir de 2015, tendo-se em vista as oportunidades geradas por iniciativas como o RenovAr⁷⁴ (Lucci e Garzón, 2019).

O projeto mais emblemático sem dúvidas é o parque solar de Caucharí, o maior da América Latina, situado a mais de 4 mil metros de altitude. A instalação tem a capacidade para gerar 300 MW de energia e abastecer 120 mil residências, e contou com suporte financeiro do Chexim (US\$ 390 milhões) e serviços de construção da Corporação de Construção de Energia da China (em

74. O programa RenovAr é uma iniciativa do governo argentino que visa promover o uso de fontes renováveis e atrair investimentos para o setor elétrico. A meta é cumprir o disposto na Lei Nacional nº 27.191, que estabelece que 20% do consumo de energia deve prover de fontes renováveis até 2025. Para mais detalhes, ver Guo e Cazalbón (2017).

inglês, Power Construction Corp. of China – PowerChina), presente em outras obras no segmento de renováveis no país.⁷⁵

O projeto de Caucharí ilustra as possibilidades de cooperação energética, uma vez que a China pode contribuir para ampliar a capacidade instalada por meio do provimento de financiamento e insumos a baixo custo⁷⁶ (Ellis, 2021a; Ribeiro e Ungaretti, 2020). Kong e Gallagher (2020) pontuam que a consolidação das indústrias eólicas e solar chinesas, combinada à disponibilidade de financiamento e à pretensão do país em liderar temas relevantes da agenda global, tem o potencial de impulsionar a expansão de projetos em energias limpas no exterior.

No setor de transportes, Niu (2018) salientou as dificuldades encontradas pelas firmas chinesas em projetos ferroviários, a despeito da *expertise* acumulada em ferrovias de alta velocidade. Os exemplos de insucesso situaram-se no México, na Venezuela e em outros países, além da ferrovia bioceânica, projeto anunciado ainda em 2014 pelo presidente Xi Jinping, em visita realizada à América Latina.

A ferrovia bioceânica percorreria 5.300 quilômetros entre os territórios brasileiro e peruano e conectaria os oceanos Atlântico e Pacífico.⁷⁷ Os impactos desejados seriam a redução dos custos logísticos, o favorecimento das exportações e a criação de rotas alternativas de comércio entre a América do Sul e a Ásia (Hiratuka, 2018b). Os estudos de viabilidade foram conduzidos pela Grupo de Engenharia Eryuan Ferrovias da China Co. (em inglês, China Railway Eryuan Engineering Group Co. – Creec) e apresentados no Senado Federal em 2017, com custos estimados em R\$ 40 bilhões no trecho brasileiro (Ferrovia..., 2017).

Por sua vez, a Bolívia vinha apresentando desde 2015 uma rota alternativa, chamada de “rota central”, na qual os custos de construção e o trajeto seriam menores, pois exigiria em torno de 3.750 quilômetros. O governo peruano, contudo, alegou que o trajeto atravessa localidades de elevada altitude, o que poderia acarretar riscos operacionais e de construção (Carletti, Kotz e Correia, 2019).

75. Segundo Koop (2020a), a empresa foi responsável pela construção de cinco usinas eólicas e seis parques solares, incluindo Caucharí, possuindo ainda doze projetos em andamento, totalizando mais de US\$ 1,5 bilhão em contratos.

76. No caso das usinas solares, os fabricantes chineses desempenharam papel ativo no fornecimento de painéis solares para projetos em toda a América Latina. Até mesmo nos casos em que os desenvolvedores são europeus, muitas empresas optam por usar equipamentos chineses, dados os preços competitivos e a grande participação de mercado detida por empresas chinesas. Ver Albe e Philips (2021).

77. No lado brasileiro, a ferrovia cruzaria os estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Mato Grosso, do Rondônia e do Acre.

O fato é que o projeto da ferrovia bioceânica apresentou poucos avanços concretos, situando-se na fase inicial de planejamento e com muitas incertezas sobre custos de construção, trajeto, financiamento, impactos ambientais e empresas responsáveis pela construção, pela operação e pelo provimento de equipamentos (Hiratuka, 2018b). Além disso, a ausência de coordenação entre as partes envolvidas dificultou o desenvolvimento do projeto, que, ao que tudo indica, não conta mais com o entusiasmo do governo brasileiro (Ferrovia..., 2020).

Mesmo assim, houve iniciativas bem-sucedidas em termos de pavimentação de estradas e melhoria dos sistemas de transporte, como a construção do sistema de metrô de Bogotá e a venda de equipamentos (vagões, trens, ônibus elétricos etc.) para revitalização de malhas de transporte, inclusive do Brasil.

Nesse sentido, os governos da China e da Argentina, em dezembro de 2020, assinaram acordos para projetos no setor ferroviário, que previam investimentos de US\$ 4,6 bilhões para reabilitar a ferrovia Belgrano Cargas (US\$ 816 milhões) e reativar a ferrovia San Martin Cargas (US\$ 2,6 bilhões), além de um memorando de entendimento para a atualização do Trem Norpatagonico (US\$ 784 milhões). O acordo ainda prevê US\$ 500 milhões para aquisição de trens que serão incorporados ao sistema de transportes da Área Metropolitana de Bueno Aires e de outras treze províncias (El presidente..., 2020; Empresas..., 2020).

Os demais setores produtivos incluíram 37 projetos, que envolveram sistemas de controle de inundações, estações de tratamento, hospitais, sistemas integrados de segurança, projetos de irrigação, cabos de fibra óptica, redes de banda larga e até mesmo a construção de um satélite e de uma estação espacial.⁷⁸

Não é exagero inferir que a China vem paulatinamente remodelando o panorama de infraestrutura da ALC por meio do financiamento e da construção de obras públicas e privadas, com potencialidades relevantes e também desafios não insignificantes. O crescente papel de Pequim também reflete projeção geoconômica coordenada pelo Estado⁷⁹ e que se notabiliza pela articulação de estratégias de desenvolvimento e política externa, sobretudo por meio da interação entre governo, ministérios, SOEs, bancos públicos, empresas privadas, entre outros exemplos.

78. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

79. O reconhecimento da existência de uma estratégia coordenada não significa considerar o Estado chinês enquanto entidade rígida e monolítica, havendo disputas e concorrências em diferentes níveis, seja entre ministérios e agências governamentais pelo papel de elaboração de políticas ou entre empresas por benefícios e vantagens. Além disso, as motivações para internacionalização podem não estar necessariamente atreladas às diretrizes políticas de Pequim. Em outras palavras, há limites para a coordenação e o direcionamento dos fluxos de IED e de outras formas de investimento no exterior. Para mais detalhes, ver Myers e Wise (2016).

3.4.3 O predomínio das estatais chinesas

Diante desse entendimento, é presumível que a “onipresença do setor público” (Peters, 2015) verificada em relação ao IED se mostre tão ou mais presente no que concerne aos projetos de infraestrutura. Estes geralmente são atrelados aos financiamentos dos bancos chineses e respaldados por acordos entre governos soberanos.

TABELA 6

Projetos de infraestrutura da China na ALC, por tipo de propriedade (2005-2020)

Propriedade	Número de empresas	%	Número de projetos	%	Valor (US\$ 1 milhão)	%
Pública	33	79	117	85	88.335	94
Privada	9	21	21	15	5.755	6
Total	42	100	138	100	94.090	100

Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://is.gd/bckRSa>>. Acesso em: 18 dez. 2021.
Elaboração dos autores.

A tabela 6 indica a forte presença das estatais, representantes de 79% das firmas chinesas na região, 85% do número de projetos e 94% do valor dos contratos. Por sua vez, os registros de projetos das nove empresas privadas sugerem atuação mais modesta, com 21 projetos que totalizaram US\$ 5,7 bilhões em investimentos.

TABELA 7

Projetos de infraestrutura da China na ALC, dez maiores empresas (2005-2020)

Empresa	Propriedade	Número de projetos	%	Montante (US\$ 1 milhão)	%
CCCC	Pública	22	16	18.647	20
PowerChina	Pública	22	16	12.724	14
CRCC	Pública	9	7	11.900	13
Corporação Nuclear Nacional da China (em inglês, China National Nuclear Corporation – CNNC)	Pública	1	1	7.900	8
CNPC	Pública	3	2	7.307	8
Corporação Nacional da Indústria de Máquinas da China (em inglês, China National Machinery Industry Corp. – Sinomach)	Pública	10	7	6.240	7
Corporação de Engenharia de Energia da China (em inglês, China Energy Engineering Group – CEEC)	Pública	2	1	4.855	5
Corporação Central de Ferrovias da China (em inglês, China Railway Rolling Stock Group Corporation – CRRC)	Pública	6	4	2.938	3

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Empresa	Propriedade	Número de projetos	%	Montante (US\$ 1 milhão)	%
SGCC	Pública	3	2	2.887	3
CTG	Pública	5	4	2.722	3
Outros		55	40	15.970	17
Total		138	100	94.090	100

Fonte: RED ALC-China. Disponível em: <<https://is.gd/bckRSa>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Elaboração dos autores.

As dez empresas com maior participação nos projetos de infraestrutura na ALC são de natureza pública e abarcam 60% dos contratos e 83% do montante investido. Peters (2021a) salienta que são múltiplas as características e as diferenças entre as empresas. Algumas, como a CNPC e a CNNC, possuem elevado valor médio por projeto, de US\$ 2,4 bilhões e US\$ 7,9 bilhões, respectivamente. Outras, como a CCCC⁸⁰ e a PowerChina,⁸¹ se destacam pelo envolvimento em um número significativo de projetos.

Os projetos de infraestrutura constituem um aspecto central das relações econômicas entre Pequim e os países latino-americanos, tendo-se em vista as complementaridades existentes. O processo de aprendizagem por parte das empresas chinesas e o aperfeiçoamento institucional, regulatório e de supervisão por parte dos governos da região apresentam-se como elementos essenciais para aproveitar as potencialidades no campo da infraestrutura.

Com o desembarque da BRI na América Latina, em 2018, é possível esperar que surjam novos projetos, de modo a atender às expectativas dos governos da região e a suas necessidades de desenvolvimento. A despeito disso, é provável que a América Latina se coloque cada vez mais como um palco da competição sino-estadunidense, o que contribuiria para a formação de um ambiente regional que mescla endosso e hesitação em relação à BRI. Esse panorama será abordado no segundo texto derivado desta pesquisa.

80. A empresa está desenvolvendo obras de infraestrutura em ao menos dezenove países na América Latina, incluindo-se projetos como o porto Sul (Brasil), a expansão do aeroporto internacional da Guiana, a renovação do porto de Santiago (Cuba) e a Estrada San Borja Highway (Bolívia). Casado e Andreoni (2021) assinalam que o aumento da presença da empresa se deu em paralelo à retirada das empreiteiras brasileiras da região – em especial, a Odebrecht –, fortemente impactadas pela Operação Lava-Jato.

81. A PowerChina vem se destacando por desenvolver projetos na modalidade engenharia, aquisição e construção (EPC) no setor de renováveis, sobretudo na Argentina (Koop, 2020a). Desde 2003, na América Latina, a empresa atualmente está com projetos em construção em quinze países da América Central e da América do Sul, com um total de valor contratado próximo aos US\$ 10 bilhões (Zheng, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou demonstrar a evolução das relações econômicas entre a China e a ALC, principalmente em decorrência da extensão da BRI para a região a partir de 2018. Houve, em primeiro lugar, um adensamento das interações econômicas a partir da última década, com a introdução de novos vetores; especificamente, os investimentos, os empréstimos e os projetos de infraestrutura.

Posteriormente, identificou-se um conjunto de redefinições e permanências relacionados aos novos atributos da projeção econômica da China. No campo dos investimentos, o imperativo de segurança energética e o determinante de obtenção de recursos (*resource-seeking*) reduziram sua importância relativa, o que ocasionou maior espaço para inversões cuja motivação reside na busca de mercados (*market-seeking*), com vultosas aquisições nos setores elétricos de Brasil e, em menor medida, Chile e Peru.

Outra tendência importante diz respeito aos investimentos em segmentos emergentes, como energias renováveis, telecomunicações e veículos de baixa emissão. Nesses casos, houve a demonstração dos novos interesses chineses na região; em especial, a exportação de serviços e padrões tecnológicos recentes e a promoção do desenvolvimento na ALC.

Em relação aos financiamentos, houve mudanças significativas. Em virtude de novas diretrizes chinesas para atuação internacional e problemas de endividamento em dois dos principais receptores (Equador e Venezuela), o CDB e o Chexim não desembolsaram recursos para a região em 2020, o que refletiu tendência de queda verificada desde 2017. Por sua vez, os bancos comerciais – em especial, o ICBC – aparentemente ocuparam novos espaços e tendem a desempenhar um papel mais relevante nos próximos anos, com um maior foco em projetos menores e financeiramente sustentáveis.

Dessa forma, a concepção da BRI e sua expansão na ALC pelas lentes da EPI, enquanto ferramenta de natureza e consequências geoeconômicas para a projeção internacional da China, mostraram-se convenientes na discussão apresentada sobre suas motivações e seus impactos. Apesar de denúncias e críticas por parte de analistas e autoridades políticas estadunidenses, verificou-se que as consequências associadas à adesão de países latino-americanos à BRI não podem ser reduzidas à disputa por um espaço estratégico para a manutenção do poder dos Estados Unidos, mas apresentam-se como um processo complexo e multifacetado.

A “onipresença” do setor público chinês permaneceu em alguma medida inalterado, retratado na predominância das SOEs no campo dos investimentos e dos projetos de infraestrutura, cujo desempenho ao longo da última década se mostrou ascendente. Nesse campo, a Argentina,

recém-ingressante na BRI, constitui o principal mercado, com obras previstas e em andamento para construção de ferrovias, gasodutos, parques solares e eólicos, hidrelétricas, bem como uma usina nuclear.

Apesar de ainda não ser possível mensurar os impactos da chegada da BRI, é possível esperar que novos projetos de infraestrutura se desenvolvam nos próximos anos. Isso porque existe uma “lógica de complementaridade” (Strauss, 2012), na qual a China pode preencher as históricas vulnerabilidades regionais de financiamento e assistência técnica para a execução de projetos de infraestrutura (Oviedo, 2018; Pautasso *et al.*, 2020).

Da mesma forma em que existem sinergias, os desafios no relacionamento com a China mantêm-se com a chegada da BRI; em especial, as assimetrias comerciais, financeiras e tecnológicas. As preocupações em torno da desindustrialização, as perdas de mercados regionais e a reprimarização da pauta exportadora ainda se somam ao imperativo de atenuar possíveis impactos indesejados de grandes obras de infraestrutura capitaneadas pela China.

Nesse contexto, a BRI “desembarca” na ALC e gera debates sobre seus desdobramentos e impactos.

A ausência de rigidez no escopo da iniciativa também permitiu uma *reconfiguração* em meio à pandemia, inclusive com introdução de uma “diplomacia de vacinas” e a promoção do que vagamente é conhecido como “Rota da Seda Digital” (Koop, 2020b). Então, se ainda é prematuro avaliar os impactos decorrentes da BRI na ALC, talvez seja possível identificar oportunidades e desafios atrelados à iniciativa. O próximo texto tentará avanços nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ALBE, I.; PHILLIPS, S. China’s renewable energy investment in Latin America. **The Dialogue**, 8 Sept. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3J1oFPm>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

ALBRIGHT, Z.; RAY, R.; LIU, Y. **China-Latin America and the Caribbean Economic Bulletin – 2022 Edition**. Boston: GDP Center, 2022. Disponível em: <<https://is.gd/ikCnAh>>.

AOYAMA, R. “One Belt, One Road”: China’s new global strategy. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, v. 5, n.2, p. 3-22, 2016.

ARMONY, A. C.; STRAUSS, J. C. From going out (*zou chuqu*) to arriving in (desembarco): constructing a new field of inquiry in China-Latin America interactions. **The China Quarterly**, v. 209, p. 1-17, Mar. 2012.

AVENDANO, R.; MELGUIZO, A.; MINER, S. (Ed.). **Chinese FDI in Latin America**: new trends with global implications. Washington: Atlantic Council, June 2017.

BARBOSA, P. H. B. **New kids on the block**: China's arrival in Brazil's electric sector. Boston: GDP Center, Dec. 2020a. (GCI Working Paper, n. 12).

_____. Petrobras-China relations: trade, investments, infrastructure projects and loans. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 319-348, dez. 2020b.

BARU, S. Geo-economics and strategy. **Survival**, v. 54, n. 3, p. 47-58, May 2012.

BERNAL-MEZA, R. China y América Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia. **Revista do Ceam**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 59-73, jan.-jul. 2019.

BIJIAN, Z. China's "peaceful rise" to great-power status. **Foreign Affairs**, New York, v. 84, n. 5, p. 18, Sept. 2005.

BLACKWILL, R. D; HARRIS, J. M. (Ed.). **War by other means**. Boston: Harvard University Press, 2016.

BRAUDEL, F. (Org.). **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRÄUTIGAM, D.; GALLAGHER, K. P. Bartering globalization: China's commodity-backed finance in Africa and Latin America. **Global Policy**, v. 5, n. 3, p. 346-352, Sept. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3Shlp52>>.

BRAUTIGAM, D.; RITHMIRE, M. The Chinese debt trap is a myth: the narrative wrongfully portrays both Beijing and the developing countries it deals with. **The Atlantic**, 6 Feb. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3o0nxCd>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CAI, K. The One Belt One Road and the Asian infrastructure investment bank: Beijing's new strategy of geoeconomics and geopolitics. **Journal of Contemporary China**, v. 27, n. 114, p. 831-847, July 2018.

CARIELLO, T. (Org.). **Investimentos chineses no Brasil**: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2021.

CARLETTI, A.; LOPES KOTZ, R.; CORREIA, G. J. A Nova Rota da Seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. **Carta Internacional**, v. 14, n. 3, p. 216-242, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3R3amwL>>.

CASADO, L.; ANDREONI, M. CCCC expands its Latin America portfolio. **Dialogo Chino**, 12 June 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3rT1alo>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CAVALLO, E.; POWELL, A. (Ed.). **Building opportunities for growth in a challenging World**: 2019. Washington: BID, 2019. (Latin American and Caribbean Macroeconomic Report).

CAVALLO, E.; POWELL, A.; SEREBRISKY, T. (Org.). **De estruturas a serviços**: o caminho para uma melhor infraestrutura na América Latina e no Caribe. Washington: BID, 2020.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China**. Santiago de Chile: CEPAL, 2018. 100 p.

_____. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2021.

CHAUVET, P. *et al.* **China**: current and potential role in infrastructure investment in Latin America. Santiago: Eclac, 2020. (International Trade Series, n. 144).

CHERNAVSKY, E.; LEÃO, R. P. F. **As transformações estruturais do comércio exterior chinês**. Brasília: Ipea, jun. 2011 (Comunicados do Ipea, n. 97).

CHINA. **China's policy paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3ciJxCE>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. National Development and Reform Commission. Ministry of Foreign Affairs. Ministry of Commerce. **Visions and actions on jointly building the Silk Road Economic Belt and 21st century maritime silk road**. Beijing: NDRC; Mofa; Mofcom, Mar. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3xKE56I>>. Acesso em: 19 maio 2022.

_____. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **China's policy paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2016. Disponível em: <<https://on.china.cn/3kM3aYj>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 381-400, abr.-jun. 2017.

CUNHA, A. M. A China e o Brasil na nova ordem internacional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p. 9-29, nov. 2011.

DEHART, M. Remodeling the global development landscape: the China model and South-South cooperation in Latin America. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 7, p. 1359-1375, July 2012.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v. 9, n. 2, p. 163-190, Apr. 2000.

ELLIS, E. China's bid to dominate electrical connectivity in Latin America. **China Brief: a journal of analysis and information**, v. 21, n. 10, p. 11-16, May 2021a. Disponível em: <<https://bit.ly/3LDCYvd>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. **China's diplomatic and political approach in Latin America and the Caribbean: testimony before the US-China economic and security review commission**. Carlisle: US Army War College, 20 May 2021b. Disponível em: <<https://bit.ly/3xDUFFB>>. Acesso em: 29 maio 2022.

EL PRESIDENTE encabezó la firma de cuatro acuerdos con China por USD 4.695 millones para la reactivación de líneas ferroviarias. **Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto (noticia)**, 12 dic. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3mec9IW>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

EMPRESAS chinas e argentinas estreitam cooperação ferroviária com quatro novos acordos. **Xinhua**, 12 dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3GNnHEo>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

FARRELL, H.; NEWMAN, A. L. Weaponized interdependence: how global economic networks shape state coercion. **International Security**, v. 44, n. 1, p. 42-79, 2019.

FERROVIA bioceânica é viável, dizem chineses em audiência pública. **Senado Notícias**, 18 abr. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3S3iVc6>>.

FERROVIA bioceânica através da Bolívia precisa do Brasil, mas Bolsonaro mira o Chile, diz ministro peruano. **Reuters**, 23 Jan. 2020. Disponível em: <<https://reut.rs/3z0OePE>>.

FIORI, J. L. (Org.). **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FLINT, C.; ZHU, C. The geopolitics of connectivity, cooperation, and hegemonic competition: the Belt and Road Initiative. **Geoforum**, v. 99, p. 95-101, Feb. 2019.

GALLAGHER, K. (Ed.). **The China triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

GARZÓN, P. *et al.* **Banco de desarrollo de China: financiamiento, gobernanza y desafíos socio-ambientales para América Latina y el Caribe**. Quito: Latinoamérica Sustentable, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/9Pz0ZX>>.

GILPIN, R. (Ed.). **The political economy of international relations**. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

GRANSOW, B. Chinese investment in Latin American infrastructure: strategies, actors, and risks. *In*: PETERS, E. D.; ARMONY, A. C. (Coord.). **Beyond raw materials**: who are the actors in the Latin America and Caribbean-China relationship? Buenos Aires: RED ALC-China, 2015. p. 86-116.

GUO, S. The party-state relationship in most-Mao China. **China Report**, v. 37, n. 3, p. 301-315, Aug. 2001.

HEILMANN, S. (Ed.). **China's political system**. London: Rowman & Littlefield, 2017.

HIRATUKA, C. **Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL**. Campinas: Ed. Unicamp, maio 2018a. (Texto para Discussão, n. 339). Disponível em: <<https://bit.ly/3iRZCDA>>. Acesso em: 2 out. 2021.

_____. Chinese infrastructure projects in Brazil: two cases studies. *In*: PETERS, E. D.; ARMONY, A. C.; CUI, S. (Ed.). **Building development for a new era**: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean. Ciudad de México: RED ALC-China, 2018b. p. 122-143.

HIRATUKA, C.; DEOS, S. Chinese financing in Brazil (2000-2018). *In*: PETERS, E. D. (Ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 209-234.

HONG, Y. Motivation behind China's 'One Belt, One Road' initiatives and establishment of the Asian Infrastructure Investment Bank. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p. 353-368, 2017.

HORN, S.; REINHART, C.; TREBESCH, C. **China's overseas lending**. Kiel: Kiel Institute for the World Economy, June 2019. (Kiel Working Paper, n. 2132). Disponível em: <<https://bit.ly/31fLloP>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

JENKINS, R. (Ed.). **How China is reshaping the global economy**: development impacts in Africa and Latin America. Oxford: Oxford University Press, 2019.

JOURDAN, A.; GU, H. China approves seven Argentine soy crushers for meal exports. **Reuters**, 24 Sept. 2019. Disponível em: <<https://reut.rs/3bEwGuj>>.

KHANNA, P. (Ed.). **The future is Asian**: commerce, conflict, and culture in the 21st century. New York: Simon & Schuster, 2019.

KOLESKI, K.; BLIVAS, A. **China's engagement with Latin America and the Caribbean**. Washington: Congressional Research Service, Oct. 2018. (Staff Research Report).

KONG, B.; GALLAGHER, K. **Chinese development finance for solar and wind power abroad**. Boston: GDP Center, Jan. 2020. (GCI Working Paper, n. 01/2020). Disponível em: <<https://bit.ly/39OdsKj>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

KOOP, F. "Argentina e China são parceiros naturais" diz Tu Shuiping da PowerChina. **Diálogo Chino**, 23 out. 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/38WEg2u>>. Acesso em: 3 jan. 2022.

_____. Coronavírus reestrutura Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina. **Diálogo Chino**, 30 jul. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/3HmctHN>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

LAZARUS, L.; BERG, R. C. Washington must respond to China's growing military presence in Latin America. **Foreign Policy**, 14 Mar. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ly6CC9>>. Acesso em: 19 maio 2022.

LEGRO, J. W. O que a China vai querer? As futuras intenções de uma potência em ascensão. In: SPEKTOR, M.; NEDAL, D. (Org.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LI, X. (Ed.). **Mapping China's 'One Belt One Road' initiative**. Cham: Palgrave Macmillan Cham, 2019.

LIN, J.; WANG, Y. Development beyond aid. **Project Syndicate**, 8 May 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3Tu3TN7>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LIU, H.; XU, Y.; FAN, X. Development finance with Chinese characteristics: financing the Belt and Road Initiative. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 63, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fdlp8c>>.

LUCCI, J.; GARZÓN, P. **China y Argentina: inversiones, energía y sustentabilidad – el caso del Parque Solar Caucharí**. Washington: IISCA, mayo 2019.

LUDEÑA, M. P. **Chinese investments in Latin America: opportunities for growth and diversification**. Santiago: Eclac, 2017.

LUTTWAK, E. N. From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, 1990.

MAÇÃES, B. **Belt and Road: a Chinese world order**. London: Hurst & Company, 2018.

MALACALZA, B. What LED to the boom? Unpacking China's development cooperation in Latin America. **World Affairs**, v. 182, n. 4, p. 370-403, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3SirKPa>>.

MEDEIROS, C.; CINTRA, M. R. V. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 28-42, jan.-mar. 2015.

MINGEY, M.; KRATZ, A. China's Belt and Road: down but not out. **Rhodium Group**, 4 Jan. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3fap7jU>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MYERS, M.; RAY, R. **Shifting gears**: Chinese finance in LAC, 2020. Boston: Inter-American Dialogue, Feb. 2021. (China-Latin America Report). Disponível em: <<https://bit.ly/3mMxSSE>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MYERS, M.; WISE, C. The political economy of China-Latin American relations in the 21st Century. *In*: MYERS, M.; WISE, C (Ed.). **The political economy of China-Latin American relations in the new millennium**. New York: Routledge, 2016. p. 1-12.

NIU, H. A strategic analysis of Chinese infrastructure projects in Latin America and the Caribbean. *In*: PETERS, E. D.; ARMONY, A. C.; CUI, S. (Ed.). **Building development for a new era**: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean. Ciudad de México: RED ALC-China, 2018. p. 180-194.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Official development assistance. *In*: OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Factbook 2008**, [s.l.]: OECD, 9 jan. 2009. p. 220-223. Disponível em: <<https://is.gd/xazNuK>>.

OVIEDO, E. América Latina: ¿extensión natural de la Ruta de la Seda? **Comercio Exterior Bancomext**, v. 15, p. 16-19, jul./sept. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/4ajNmc>>.

PAUTASSO, D.; DORIA, G.; NOGARA, T. A Nova Rota da Seda e o projeto chinês de globalização. **Insight Inteligência**, n. 90, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/TDdAdw>>.

PAUTASSO, D. *et al.* A iniciativa do Cinturão e da Rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 77-106, dez. 2020.

PECEQUILO, C. S. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, jul.-dez. 2013.

PETERS, E. D. The omnipresent role of China's public sector in its relationship with Latin America and the Caribbean. *In*: PETERS, E. D.; ARMONY, A. C. (Coord.). **Beyond raw materials**: who are the actors in the Latin America and Caribbean-China relationship? Buenos Aires: RED ALC-China, 2015. p. 17-49.

_____. China's OFDI in Latin America and the Caribbean (2000-2018): debates and general tendencies. *In*: PETERS, E. D. (Ed.). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean**: conditions and challenges. Ciudad de México: RED ALC-China, 2019. p. 105-121.

_____. **Monitor de la infraestructura China en América Latina y Caribe 2020**. Ciudad de México: RED ALC-China, 13 jul. 2020. (Reporte). Disponível em: <<https://bit.ly/3G6911I>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____. **Monitor de la infraestructura China en América Latina y Caribe 2021**. Ciudad de México: RED ALC-China, 24 mayo 2021a. (Reporte). Disponível em: <<https://bit.ly/3gTZwtX>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. **Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean 2021**. Ciudad de México: RED ALC-China, 31 Mar. 2021b. Disponível em: <<https://bit.ly/3Bzbn9T>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PIÑA, C. E. Chinese financing in Venezuela (2000-2018). *In*: PETERS, E. D. (Ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 337-371.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. *In*: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2010. p. 19-78.

PRAZERES, T.; BOHL, D.; ZHANG, P. (Ed.). **China-LAC trade: four scenarios in 2035**. Washington: Atlantic Council, 2021.

QUINTANA, J. U. China's strategic partnerships in Latin America: energy resources and food security (1990-2010). *In*: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 22., 2012, Madrid. **Proceedings...** Madrid: Ipsa, 2012.

RAY, R.; BARBOSA, P. H. **China-Latin America and the Caribbean Economic Bulletin – 2020 Edition**. Boston: GDP Center, 2020.

RAY, R.; SIMMONS, A. Tracking China's overseas development finance. **Global Development Policy Center**, 7 Dec. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3AavB7p>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

RAY, R.; ALBRIGHT, Z. C.; WANG, K. **China-Latin America and the Caribbean Economic Bulletin – 2021 Edition**. Boston: GDP Center, 2021.

RECAJ, C. M. El financiamiento chino en América Latina y el Caribe en el contexto de las relaciones económicas bilaterales. *In*: PETERS, E. D. (Coord.). **América Latina y el Caribe-China: economía, comercio e inversión 2019**. Ciudad de México: RED ALC-China, 2020. p. 347-370.

RIBEIRO, E.; UNGARETTI, C. R. New paths of Brazil-China energy cooperation: going green? **Energy Review**, v. 2, n. 9, p. 2-3, Sept. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/36gb7NW>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

RODRIGUES, B. S. Pouso do dragão na América do Sul. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 78-105, out. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3BFjBNK>>.

_____. Geoeconomia híbrida da China na América do Sul. **Carta Internacional**, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3BE931j>>.

RODRIGUES, B.; HENDLER, B. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 5-25, 2018.

SALGADO, D. C. Chinese financing in Latin America and the Caribbean: unpacking Chinese financing in Ecuador. *In*: PETERS, E. D. (Ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 295-320.

SALIDJANOVA, N. **Going out**: an overview of China's outward foreign direct investment. Washington: USCC, Mar. 2011. (USCC Staff Research Report). Disponível em: <<https://bit.ly/3AQ82Bz>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, L.; MILAN, M. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 457-486, jul.-dez. 2014.

SANTOS, T.; CAMOÇA, A.; RODRIGUES, B. S. Relações econômicas entre América Latina e Caribe e seus impactos na integração regional (2001-2016). **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, p. 107-133, dez. 2021. Disponível em: <<https://is.gd/8kOUYa>>.

SAUVANT, K. P.; CHEN, V. Z. China's regulatory framework for outward foreign direct investment. **China Economic Journal**, v. 7, n. 1, p. 141-163, Jan. 2014.

SCHUTTE, G. R.; DEBONE, V. S. A expansão dos investimentos externos diretos chineses: o caso do setor energético brasileiro. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 44, p. 90-113, out./nov. 2017.

SCHOLVIN, S.; WIGELL, M. **Geo-economics power politics**. London: Routledge, 2018.

SCISSORS, D. China's global investment vanishes under Covid-19. **AEI**, 16 July 2020. Disponível em: <<https://is.gd/6KzURU>>.

SHIH, V. Tools of survival: sovereign wealth funds in Singapore and China. **Geopolitics**, v. 14, n. 2, p. 328-344, 2009.

SONG, X. Financing of China's policy banks in Latin America and the Caribbean. *In*: PETERS, E. D. (Ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Mexico City: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 65-83.

STANLEY, L. China's OFDI in Argentina. *In*: PETERS, E. D. (Ed.). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean**: conditions and challenges. Mexico City: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 105-120.

STRANGE, S. International economics and international relations: a case of mutual neglect. **International Affairs**, v. 46, n. 2, p. 304-315, Apr. 1970.

STRAUSS, J. C. Framing and claiming: contemporary globalization and "going out" in china's rhetoric towards Latin America. **The China Quarterly**, v. 209, p. 134-156, Mar. 2012.

STUENKEL, O. (Org.). **O mundo pós-ocidental**: potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SULLIVAN, J.; BRANDS, H. China has two paths to global domination. **Carnegie**, 22 May 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3C2ovWH>>. Acesso em: 23 maio 2022.

TREVISAN, C. **Trade, investment, technology, and training Are China's tools to influence Latin America**. New York: Council on Foreign Relations, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/ZoJFrb>>.

UGARTECHE, O.; DE LEÓN, C. **El financiamiento de China a América Latina**. México: Obela, 3 mar. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/wFD1U9>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

UNGARETTI, C. R.; HAFFNER, J. A. Os investimentos externos chineses no setor de cobre peruano: implicações e desafios ao desenvolvimento (2007-2019). **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, p. 89-130, dic. 2020.

VADELL, J. The north of the south: the geopolitical implications of "Pacific Consensus" in South America and the Brazilian dilemma. **Latin America Policy**, Monterrey, v. 4, n. 1, p. 36-56, May 2013.

_____. El foro China-Celac y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la cooperación 'Sur-Sur'. **Carta Internacional**, v. 13, n. 1, p. 6-37, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3LyxZvT>>.

VADELL, J.; SECCHES, D.; BURGER, M. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur global. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 44-68, jul./dic. 2019.

VAZ-PINTO, R. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, p. 210-224, 2014.

VELÁSQUEZ, S. O. Inversión extranjera directa de China en América Latina y el Caribe: aspectos metodológicos y tendencias durante 2001-2016. **Economía Informa**, v. 406, p. 4-17, sept.-oct. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3qXS84T>>.

WANG, M.; QI, Z.; ZHANG, J. China becomes a capital exporter. *In*: SONG, L. *et al.* (Eds.). **China's domestic transformation in a global context**. Canberra: Australian National University Press, 2015. p. 315-338.

WISE, C. (Ed.). **Dragonomics**: how Latin America is maximizing (or missing out on) China's international development strategy. New Haven: Yale University Press, 2020.

YAN, X. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, Apr. 2014.

YE, M. Fragmentation and mobilization: domestic politics of the Belt and Road in China. **Journal of Contemporary China**, v. 28, n. 119, p. 696-711, Feb. 2019.

YU, L. China's strategic partnership with Latin America: a fulcrum in China's rise. **International Affairs**, v. 91, n. 5, p. 1047-1068, Sept. 2015.

ZANABRIA, L. Las relaciones entre el Perú y China. *In*: NOVAK, F.; GARCÍA, J. (Ed.). **La política exterior peruana, agenda y propuestas**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2015. p. 87-100.

ZHA, D. China's economic diplomacy: focusing on the Asia-Pacific region. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 1, p. 85-104, Abr. 2015.

ZHENG, X. PowerChina spreads wings. **China Daily**, 5 July 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3sfWiXR>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ZHONGPING, F.; JING, H. **China's strategic partnership diplomacy**: engaging with a changing world. Madrid: European Strategic Partnerships Observatory, June 2014. (Working Paper, n. 8). Disponível em: <<https://bit.ly/3clo9gg>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNAL-MEZA, R.; ZANABRIA, J. M. A goat's cycle: the relations between Argentina and the People's Republic of China during the Kirchner and Macri administrations (2003-2018). *In*: BERNAL-MEZA, R.; XING, L. (Ed.). **China-Latin America relations in the 21st century**. Cham: Palgrave MacMillan, 2020. p. 111-145.

CHEDIEK, J. O papel do Brasil na cooperação Sul-Sul: um estudo analítico e histórico. *In*: LIMA, A. S. E. M. (Org.). **30 anos da ABC**: visões da cooperação técnica internacional brasileira. Brasília: Funag, 2017. p. 41-74.

CHENG, C. Official development finance with Chinese characteristics: development cooperation between China and Africa. *In*: FREEMAN, C. (Ed.). **Handbook on China and developing countries**. Cheltenham: Edward Elgar, 2015. p. 193-225.

DEVONSHIRE-ELLIS, C. South American Belt and Road projects foreign investors should be looking at. **Silk Road Briefing**, 10 Nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ug8Tvg>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

GARZÓN, P. *et al.* (Ed.). **Banco de Desarrollo de China**: financiamiento, gobernanza y desafíos socio-ambientales para América Latina y el Caribe. Quito: Latinoamérica Sustentable, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3lulvZg>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GUO, J.; CAZALBÓN, A. A. Las inversiones chinas en el sector energía renovable de Argentina: oportunidades y retos. **Revista de Economía y Comercio Internacional**, v. 7, p. 127-159, 2017.

MELLO E SOUZA, A. de (Org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

MILANI, C. R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação Sul-Sul. **Cadernos CRH**, v. 25, n. 65, p. 211-231, maio-ago. 2012.

MILANI, C. R. S.; CARVALHO, T. C. O. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais**, v. 1 n. 1, p. 11-35, jan.-jun. 2013.

MYERS, M. China's transport infrastructure investment in LAC: five things to know. **Inter-American Dialogue**, 13 Nov. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3GinN6z>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

NIU, H. A new era of China-Latin America relations. *In*: SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JUNIOR, H. (Coord.). **América latina y el Caribe y el nuevo sistema internacional**: miradas desde el Sur. Buenos Aires: Cries, 2015. p. 39-51. (Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe, n. 11).

PINO, B. A. Evolução histórica da cooperação Sul-Sul. *In*: MELLO E SOUZA, A. de (Org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 57-86.

ROSITO, T. (Org.). **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2020.

STANLEY, L. Argentina's infrastructure gap and financial needs: the role of China. *In*: PETERS, E. D.; ARMONY, A. C.; CUI, S. (Ed.). **Building development for a new era**: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean. Ciudad de México: RED ALC-China, 2018. p. 77-101.

STATE COUNCIL OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's foreign aid**. Beijing: Information Office of the State Council, 2021.

STRANGE, A. M. *et al.* Tracking underreported financial flows: China's development finance and the aid-conflict nexus revisited. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 5, p. 935-963, 2017.

XU, J.; CAREY, R. **China's international development finance**: past, present and future. Helsinki: UNU-Wider, Sept. 2015. (Wider Working Paper, n. 2015/130).

APÊNDICE A

QUADRO A.1
Aspectos metodológicos e informacionais das bases de dados sobre investimento externo direto (IED) chinês

Base	Metodologia	Fonte de informação	Tipo de informação	Detalhes das informações	Observações
Ministério do Comércio (Mofcom)	Coleta de dados com base nos registros de aprovação e registros de projetos de IED.	Dados oficiais (projetos aprovados)	Dados agregados. Não fornecem dados de transações individuais.	Destinos; países e regiões; e setores	Não identifica destino final dos investimentos de forma adequada. Coletam dados apenas dos primeiros destinos, o que infla dados de paraísos fiscais. Críticas em relação à transparência foram feitas a partir de 2019 (Scissors, 2020)
Rastreador de Investimentos Globais da China (em inglês, China Global Investment Tracker – CGIT)	Inclui a compra de menos de 10% do poder de voto.	Preferência por fontes corporativas de participantes chineses e estrangeiros (Scissors, 2020)	Fusões e aquisições e novos investimentos (<i>greenfield</i>); contratos de construção; e transações "problemáticas"	Data do projeto; empresa investidora; montante do investimento; tamanho da participação; sócio de destino; setor; subsetor; país; região; Iniciativa Cinturão e Rota (BR); e <i>greenfield</i> .	Exclui investimentos abaixo dos US\$ 95 milhões. Inclui anúncios de investimento. Classifica investimentos de acordo com aderência ou não à BRI.
RED Acadêmica de América Latina y Caribe sobre China (RED ALC-China)	Segue o critério de 10% ou mais de poder de voto para classificar o investimento enquanto IED.	Compilação de fontes de organizações privadas e conferência por transação confirmada (Peters, 2019; 2020)	Fusões e aquisições e novos investimentos (<i>greenfield</i>)	Data do projeto; empresa investidora; origem da empresa investidora; empresa-alvo; país e cidade de destino; tipo de projeto (novo ou fusão e aquisição); montante de investimento; emprego; atividade (matérias-primas, manufatura, serviços e compra de tecnologia); e propriedade da empresa investidora (pública ou privada)	Não inclui projetos apenas anunciados. Oferece dados separados de projetos de infraestrutura.
Foreign Direct Investment (FDI) Markets e <i>Financial Times</i>	Inclui a compra de menos de 10% do poder de voto.	Notícias da imprensa; notas da imprensa financeira especializada; artigos; e informes da bolsa de valores.	Expansão e novos investimentos (<i>greenfield</i>). Inclui anúncios de investimento.	Data do projeto; detalhes da empresa investidora; mercado de origem; mercado de destino; indústria (setor, atividade e <i>cluster</i>), detalhes do projeto (tipo, investimento, empregos e <i>status</i>); e outros.	Separa anúncios de investimentos já realizados. Disponibiliza a fonte utilizada e, em alguns casos, os contatos das empresas investidoras.

Fontes: Velásquez (2017); Peters e Velásquez (2016); Peters (2019; 2020); e Scissors (2019).

REFERÊNCIAS

PETERS, E. D. China's OFDI in Latin America and the Caribbean (2000-2018): debates and general tendencies. *In*: PETERS, E. D. (Ed.). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean**: conditions and challenges. Mexico City: RED ALC-China, 2019. p. 105-121.

_____. **Monitor de la infraestructura China en América Latina y Caribe 2020**. Ciudad de México: RED ALC-China, 13 julio 2020. (Reporte). Disponível em: <<https://bit.ly/3G69l1l>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

PETERS, E. D.; VELÁSQUEZ, S. O. **Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe**: aspectos metodológicos. [s. l.]: RED ALC-China; OFDI, 2016. Disponível em: <<https://is.gd/nhrjAc>>.

SCISSORS, D. **China's global investment vanishes under Covid-19**. Washington: AEI, 16 July 2020.

VELÁSQUEZ, S. O. Inversión extranjera directa de China en América Latina y el Caribe: aspectos metodológicos y tendencias durante 2001-2016. **Economía Informa**, v. 406, p. 4-17, sept.-oct. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3qXS84T>>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Barbara de Castro

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL